

# EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Ano VI • nº 153 • De 1º a 14 de julho de 1982 • Cr\$ 70,00

## AS NOVAS LEIS DE FERRO DA DITADURA

Nenhum outro ato denuncia com tal clareza as intenções da ditadura em se perpetuar no poder. As novas reformas constitucionais, aprovadas sob a pressão da batuta e do chicote do governo, congelam a Constituição de 1969 da Junta Militar, garantem o processo de escolha do novo ditador em 1984 e ameaçam com o voto distrital misto para 1986. Se depender delas, a ditadura vai durar décadas. (pág. 2)



## LULA

Entre um comício e outro, Lula fala a **EM TEMPO** em uma longa entrevista: o pique na campanha, no interior de São Paulo, a resposta às críticas do PMDB, as chances da vitória eleitoral, a recusa em participar de eventuais governos de oposição burguesa. (págs. 4 e 5)

## Os novos presos da abertura

Um misto de absurdo, de violência e da sutil prepotência militar: 130 anos de prisão e dois mil PMs na rua no processo do Araguaia. Como num espelho, a imagem se inverte: é a ditadura, as suas leis da repressão que estão no banco dos réus. (pág. 3)



## Conclat

Enquanto se prepara o Enclat gaúcho, em Minas o impasse começa a ser rompido. As grandes forças do sindicalismo combativo querem a Conclat agora. O que decidirá a pró-CUT? (págs. 12, 13 e 14)



## Entrevista com o ex-agente da CIA

Philip Agee, o agente que desertou da CIA, conta tudo sobre a intervenção dos EUA na América Central. (págs. 8 e 9)



## NOVA SÉRIE

O movimento operário,  
o poder e o parlamento

Pág. 7

# Reforma na Constituição

## As novas leis de ferro da ditadura

O governo utilizou toda a sua força — fechando a questão, ameaçando com o dispositivo da fidelidade partidária e chantageando com o peso da vontade presidencial — para por em campo 223 dos seus 225 deputados e todos os seus 35 senadores e garantir a aprovação da nova reforma constitucional. Acidentados de muletas, doentes, com escolta médica, convalescentes, e até um patético senador em prantos (Luis Viana do PDS de Alagoas cuja mulher gravemente enferma foi embarcada às pressas para ser internada em São Paulo) compareceram ao plenário sob a batuta e o chicote do governo.

Apenas razões de Estado muito fortes justificariam um tal esforço. Um exame do conteúdo das reformas aprovadas comprova a relevância dessas razões.

Três das doze mudanças aprovadas na Constituição repercutem diretamente nas eleições de novembro deste ano. A primeira, a que amplia o número de deputados federais de 420 para 479, privilegiando ainda mais a representação dos pequenos estados e favorecendo, assim, ao PDS. A segunda, a que eleva os mandatos dos prefeitos e vereadores a serem eleitos neste ano de 4 para 6 anos que, além de anti-democrática, servirá para desatrelar as eleições municipais das gerais para o Estado (deputados e governador). Além disso, as Câmaras dos Municípios com mais de um milhão de habitantes passam a ter 33 vereadores.

Uma quarta ao suspender os percentuais mínimos de votação (5% dos votos nacionais para a Câmara dos Deputados, pelo menos 3% em nove estados) para a legalização dos partidos, favorece inequivocamente ao PTB e ao PDT, forças que compoariam um quadro de alianças e composições eventuais com o partido do governo no futuro Congresso.

### O voto distrital misto

Quatro outras mudanças atenuam marginalmente o controle do governo sobre o parlamento e reforçam superficialmente os seus poderes, já que a inviolabilidade parlamentar não foi restaurada, o decurso de prazo se manteve e o Executivo conserva poder de editar decretos-leis. São elas: o Congresso recupera o poder de se auto-convocar, os

**As reformas constitucionais aprovadas pelo governo condicionam os limites da atuação parlamentar por toda a década. A depender delas, o futuro da ditadura estará garantido por anos e anos a fio.**

Por Juares Guimarães



A tropa do PDS compareceu em peso

parlamentares só serão processados por crimes contra a honra, o decurso de prazo se dará após dez sessões seguintes ao prazo de 45 dias de tramitação, os presidentes da Câmara e do Senado podem autorizar viagens de parlamentares ao exterior.

Finalmente, a eleição presidencial passa a ser a 15 de janeiro de 1985 ao invés de ser a 15 de outubro de 1984.

Uma modificação mais substantiva foi a adoção do voto distrital misto, que se vier a ser regulamentado, valerá para as eleições à Câmara em 1986. Se assumida a hipótese de que o sistema distrital seria dividido em partes iguais, metade dos eleitos seriam aqueles que obtivessem mais votos em todo o estado e outra metade composta por aqueles que conseguissem a condição de majoritários

nos distritos em que vier a ser dividido o país.

### A constituição congelada

O voto distrital, em suas várias modalidades, foi o grande fator de estabilidade dos governos dos grandes países capitalistas como o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha a França e a Inglaterra. E que na divisão dos distritos em geral atribui-se maior peso às zonas de voto conservador, superestimando ou igualando a sua representação à dos grandes centros populacionais. Além disso, a eleição apenas do majoritário do distrito é uma maneira de sufocar a representação dos partidos emergentes, em geral de esquerda, já que podem até fazer, por exemplo, 30% na maior parte dos distritos e não eleger ninguém.

Sem dúvida, a alteração de maior peso é a que se refere à exigência de dois terços de votos do Congresso para garantir a aprovação de uma emenda à Constituição (atualmente, por modificação introduzida pelo governo Geisel, com a maioria dos votos do Congresso se modifica a constituição).

A alteração, na prática é uma resposta do governo à provável perda da condição de majoritário do PDS no Congresso depois de 82.

Como nenhum partido disporá de dois terços da representação no Congresso, qualquer alteração na Constituição só poderá ser feita a partir de negociação na qual o partido do governo, alimentado por parlamentares cooptados após as eleições de 82 ou por composições com partidos ou setores de partidos burgueses, terá na prática o direito de veto.

### A indicação do próximo ditador

Duas fórmulas básicas estavam sendo pensadas para se modificar a composição do colégio eleitoral que indica o presidente da República em 1984. O governo escolheu a que melhor lhe satisfaz: ao modificar a representação estadual no colégio eleitoral de três deputados mais um por milhão de habitantes para a quota fixa de seis deputados indicados pelo partido majoritário a nível estadual, o governo alterou a ponderação, já antes desequilibrada, em favor dos pequenos estados (pela nova fórmula o Estado do Amazonas, por exemplo, que tem dez vezes menos habitantes terá a mesma representação que São Paulo); o colégio continua com uma reduzida composição de membros, ao contrário da outra fórmula estudada pelo governo que previa a inclusão de um vereador por cidade brasileira no colégio, o que permite maior controle do processo de sucessão pelo sistema.

Por esta via, o chamado "sistema" se esquivava a uma disputa aberta pela indicação do próximo ditador, o que lhe é fundamental, pois permite acomodar as diversas tendências internas que hoje já se articulam em torno à sucessão presidencial, sem quebrar a unidade e fazendo valer a sua disciplina interna.

## A grande derrota das ilusões liberais

As reformas introduzidas na Constituição são um brutal desmentido às ilusões peemedebistas de conseguir reformas na constituição através da garantia da maioria na composição do próximo Congresso ou de forçar o sistema a negociar a indicação do próximo presidente através do aumento da presença no colégio eleitoral.

Assim, prevalece a Constituição da Junta militar de 1969, com as emendas que o governo veio acrescentando à medida de seus interesses de lá para cá. Com ela, o grande legislador continua

sendo o presidente e não o congresso já que pelo artigo 55 da constituição de 69, ele pode através da sistemática dos decretos-leis, "em casos de urgência ou de interesse público relevante", legislar sobre "segurança nacional, finanças públicas incluindo normas tributárias bem como a criação de cargos públicos e fixação de vencimentos". Permanece igualmente, o controle sobre as leis e sobre quem as interpreta, no caso através da ampliação das funções do Superior Tribunal Federal e do controle de sua composição pelo presidente da República. Fica ainda a

possibilidade, introduzida pelas chamadas salvaguardas políticas introduzidas por Geisel que permitem a decretação do estado de emergência, em situações excepcionais.

Restaria o consolo das possibilidades introduzidas através do assente em governos estaduais. Mas aí não são diferentes as prerrogativas do Presidente: além da conhecida centralização tributária introduzida em 1966; o governo federal pode intervir nos Estados em alguns casos normatizados.

Mas não é apenas a estratégia liberal de conseguir ir mudando o sistema por suas brechas, dentro da ordem, o que está em jogo. É a sua própria capacidade de nesta condição manter as forças que as eleições lhe trarão: as medidas contidas nas reformas constitucionais só reforçam as chances de que após as eleições, as hostes da oposição moderada sofrerão uma pressão redobrada para compor e se deixar cooptar pela lógica do realismo político que não é outra coisa senão se submeter aos desígnios da ditadura.



### EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juares Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

# Os novos condenados da abertura

Assim como no julgamento do ABC, são os trabalhadores os réus: antes eram os operários, agora são os posseiros e padres os condenados. Até o segundo semestre quando o recurso à decisão do Tribunal Militar será julgado, a liberdade para os novos condenados pela abertura permanece como uma das reivindicações centrais do movimento operário-popular. Mas é a destruição das leis e do aparato de repressão da ditadura e a reforma agrária que mostram toda a sua atualidade política.



João Matias da Costa, 9 anos  
Doze posseiros, 8 anos cada  
Aristides Camio, 15 anos  
Francisco Gouriou, 10 anos

Os 130 anos de prisão descarregados sobre os posseiros e padres do Araguaia pela Justiça Militar são mais um fardo que a ditadura irá carregar neste ano eleitoral. As acusações aos padres são absurdas pois só mesmo uma imaginação criminosamente fértil e criadora pode estabelecer como causa dos conflitos entre os posseiros e os jagunços, o irmão dos padres; e injustas no caso dos posseiros porque tratava-se de uma ação de legítima defesa, contra policiais armados envolvidos em uma ação de despejo ilegal. O processo mesmo é uma sucessão de violências, terror e tortura. O julgamento, com a presença de dois mil soldados armados e de helicópteros é uma peça da mais refinada truculência militar.

O cardeal de São Paulo, Dom Evaristo Arns, soube captar bem por onde ressoa o processo do Araguaia na conjuntura ao afirmar que "isso tudo está sendo anotado pela Igreja e está sendo anotado para esse governo um dia também seja julgado". A hierarquia da Igreja reagiu, aliás, em uníssono, com o comparecimento de 16 bispos ao julgamento e emitindo nota oficial através da CNBB afirmando que foi "o trabalho pastoral da igreja quem foi condenado".

As afirmações do ministro Abi-Ackel que o governo não interfere, confia e aguarda as resoluções do processo na Justiça só evidenciam o óbvio: a liberdade neste país não virá das urnas, requer a desmontagem das leis da repressão, da Lei

de Segurança Nacional à lei de greve, da Polícia Federal à Justiça Militar.

## Reforma Agrária

Uma outra bandeira que emerge forte do episódio é a da reforma agrária. Conceição do Araguaia, no Pará, é o município que detém o maior número de conflitos pela posse da terra no país. As marcas da questão fundiária na região remontam à época da construção da estrada Belém-Brasília, quando milhares de lavradores migraram para a região (a população de cinco mil em 1950 subiu a 160 mil no início desta década). De lá para cá, os lavradores, apesar do aumento populacional, vêm perdendo a posse da terra. Se em 1960 detinham 70% da área, doze anos depois já estavam espremidos em pouco mais de um terço da área. O processo de ocupação e grilagem foi igualmente vertiginoso: dos quase três milhões de hectare do município, só restavam livres, devolutas, em 1972 cerca de 40 mil hectares.

E a extensão dos conflitos cresce dia a dia. De acordo com o último recenseamento promovido pela CPT, nos últimos nove meses 20 novos conflitos envolvendo mais de mil famílias despontaram no sul do Pará. "Os lavradores, os posseiros estão cada dia mais desesperados. Expulsos continuamente de suas terras, sem ter para onde ir ou onde trabalhar, sem outro meio para sobreviver que não a

terra, estão acuados. Seus filhos passam fome e morrem como moscas. Suas mulheres desesperam. Suas paciências estão se esgotando. E a lei da necessidade está se impondo. Num movimento desordenado, desorganizado, apolítico, porém violento, eles começam a reagir".

A violência da intervenção do Exército e da ditadura ao condenar os padres, menos do que uma expressão de eventuais pressões de uma ala do regime, só pode ser interpretada neste contexto, de agravamento dos conflitos e de crescimento da luta dos posseiros.

## Os crimes deste processo

- O inquérito feito pela Polícia Federal em Brasília em menos de 24 horas atribuiu ao funcionário do GETAT morto no conflito com os posseiros, Luis dos Santos Trindade, a condição de militar da reserva. Na verdade, tratava-se de um foragido respondendo a processo na 22ª Vara Criminal de São Paulo.
- O documento roubado na casa dos padres, utilizado pela acusação para comprovar a ligação dos padres com a esquerda, teve a sua tradução posteriormente negada pela tradutora que afirmou ter feito o trabalho de produção sob pressão.
- Dez dos posseiros acusados não conheciam os padres, acusados de os incitarem ao enfrentamento com os funcionários do GETAT.
- Vários dos posseiros acusados foram submetidos a torturas. João Matias, o principal acusado, esteve por oito dias amarrado em um jipe do GETAT; Iracema, irmã de dois presos, afirmou que o seu marido Alfredo foi barbaramente torturado.
- O advogado indicado para a defesa dos posseiros, Djalma Faria, é conhecido como

homem ligado aos órgãos de segurança da região.

● Mesmo se considerada a Lei de Segurança Nacional, o processo está cheio de irregularidades: houve ilegalidade na prisão dos padres, o cerceamento dos direitos de defesa pela proibição aos advogados de falar a sós com os presos, o não acesso aos autos do inquérito, a incomunicabilidade dos presos durante um longo período.

● Entre a lista de atos de terror cometidos pela Polícia Federal na região, no período recente destacavam-se: violências cometidas contra posseiros e lideranças da região como a mulher de Raimundo Ferreira Lima ("O gringo", líder assassinado em maio de 1980 quando concorria às eleições do sindicato de trabalhadores rurais) que foi mantida em prisão domiciliar durante dois dias; a agressão recente ao bispo Dom Pedro Casadáliga; atentado ao padre Ricardo Rezende, de Conceição do Araguaia.

● Quando houve o conflito com os posseiros, os agentes da Polícia Federal e do GETAT estavam encaminhando uma ação de despejo contra os posseiros, não assinado por juiz e, portanto ilegal.

## Editorial

### A luta contra a ditadura e a Conclat

Ainda se discute se a vitória do Brasil na Copa trará ganhos políticos, principalmente eleitorais, ao governo. Sócrates, em entrevista à "Folha de São Paulo", garante que não: uma vitória do Brasil será uma vitória do nosso futebol, e de modo algum do governo.

Muito mais importante que esta discussão, contudo, é que a ditadura tem aproveitado o relaxamento nacional ocorrido durante a Copa para fazer passar uma série de medidas anti-populares.

A lista de pacotes aprovados nos últimos dias é impressionante:

o pacote da Previdência (por decurso de prazo); o novo pacote político eleitoral (que entre outras coisas implanta o sistema distrital misto, amplia para 2/3 o quórum para emendas à Constituição e altera o Colégio Eleitoral), a condenação dos padres franceses e dos posseiros; a condenação no Supremo Tribunal Federal dos jornalistas do **Hora do Povo**; a alteração no Conselho Superior de Censura, tirando membros mais liberais e incluindo membros mais conservadores; e ainda o resultado do inquérito sobre o presidente da UNE, Javier Alfaya, concluindo pela sua expulsão,

ao mesmo tempo em que lhe era negado o Habeas Corpus. Some-se a isto outra coisa implícita: tudo aponta pela continuidade da Lei Falcão.

Tudo isto nos mostra duas coisas: primeiro, a continuada disposição do regime de garantir sua continuidade, aprovando medidas anti-populares e alterando dispositivos legais, tendo um arsenal legal de repressão maior, de modo a dar uma base mais sólida à sua dominação.

Segundo, e pela enésima vez, a inutilidade em confiar em promessas de aberturas, mãos estendidas e outros queijos. Mais uma vez, fica claro que para derrotar a ditadura só existe a luta como alternativa, luta que só é possível se os trabalhadores, organizados e unidos, se colocarem à frente de todas as camadas oprimidas

A discussão que vem se desenvolvendo sobre a oportunidade ou não de se realizar a Conclat em um ano eleitoral deve ser vista também sob este prisma, e não apenas do ponto de vista da situação do movimento sindical.

Diante dos pacotes recentes, a fragilidade do argumento do "ano eleitoral" para adiar a Conclat (que é o argumento de fundo, nem sempre explicitado) fica ainda mais evidente. As eleições continuam a ter uma grande importância, serão um importante momento de agitação, propaganda e organização dos trabalhadores. Mas eleições, ainda mais tão viciadas pelos mil e um casuismos do regime, favorecerão os trabalhadores fundamentalmente como caixa de ressonância das lutas que se desenvolvem. E na medida em que

nelas as posições dos trabalhadores se expressem claramente.

E aqui há um problema: ainda não está estruturada uma alternativa dos trabalhadores à ditadura militar. Os trabalhadores ainda não estão organizados a nível nacional. A Conclat poderá representar, sem dúvida, um passo importante nesta organização.

A Conclat seria esvaziada pela proximidade das eleições? Só para aqueles cujo horizonte não vai além dos arreglos no âmbito das instituições burguesas existentes. Para os setores combativos do movimento operário, a Conclat poderá, pelo contrário, dar um sentido muito mais claro à participação dos trabalhadores nas eleições, servirá de referência obrigatória à campanha eleitoral e à futura atividade parlamentar.



# Lula em ritmo de campanha

Numa das poucas pausas entre um comício e outro nas caravanas, uma entrevista exclusiva com o presidente do PT e candidato ao governo de São Paulo. A conjuntura política, o andamento da campanha, os problemas do pós-eleições, a situação interna do partido e muitos outros temas são aqui analisados por Lula num amplo balanço deste começo de campanha.

Por Flávio Andrade

— Como você vê o recente pacote baixado pelo governo?

— Este sistema efetivamente é pouco sério. As mesmas medidas que adotaram ontem, quando mudaram a Constituição para atender suas necessidades imediatas de então, no pacote de abril de 77, agora fazem ao reverso sem nenhum constrangimento, sem nenhuma vergonha, com a maior cara limpa. Isso no que diz respeito ao problema dos 2/3 ou metade mais um para alterar a Constituição. De outro lado, as eleições municipais: ontem defenderam adiá-las para coincidir com as demais; agora já voltam a defender a defasagem para as próximas de 86. E por fim o próprio voto vinculado: acabaram de baixá-lo e ainda antes mesmo de praticá-lo pela primeira vez, já desfazem toda a justificativa para as próximas eleições quebrando já a coincidência.

Enfim, não dá pra levar a sério...

— O PT falou muito na sua pré-convenção nacional que sua campanha seria uma campanha de luta. Como é que isso vai ocorrer a escala nacional?

Nós temos aí, pra sair já, a campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Esta campanha é agora muito mais necessária e atual depois do que se passou em Belém do Pará com a condenação dos padres e dos posseiros. Mais uma vez o regime deixou claro seu caráter anti-povo, deixou claro que não vai permitir mobilização alguma dos trabalhadores do campo.

Esta campanha, que será de âmbito nacional, contará inclusive com nossa convocação a vários setores da sociedade pra irem conosco até a própria região do Araguaia para ver com os próprios olhos a realidade local e conversar com as pessoas diretamente. Para ver ali o que é o GETAT do governo, o que é a "obra" do Major Curió, que são os responsáveis diretos pelos conflitos de terra da região.

Uma peça importante desta campanha será também a divulgação pelo partido, na forma de uma cartilha popular, do que é a Lei de Segurança Nacional. Uma ampla conscientização do trabalhador sobre o seu significado, sobre o perigo que ela representa para todos nós. Esta é uma condição prévia para o sucesso da campanha.

— Lula, ultimamente você tem andado muito pelo interior de São Paulo em caravanas da campanha do PT. Qual tem sido sua impressão nestes contactos?

— Com estas caravanas nós temos provado que, ao contrário do que se

afirmava até um mês atrás, de que o PT não teria vez no interior, era coisa só de grande cidade, ao contrário, temos visto como agora neste último fim de semana na região de Campinas, um sucesso enorme, a ponto da própria imprensa local noticiar a realização dos maiores comícios políticos dos últimos anos. Não está havendo diferença entre trabalhadores da cidade e do campo, a angústia é

**É cada vez mais urgente uma campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Um novo contingente de presos políticos começa a ser formado no país a partir do julgamento dos padres e posseiros.**

geral, a vontade de mudar é geral. Apenas para dar uma idéia da coisa: ontem, numa cidade como Atibaia, uma cidade meramente turística, eu e o Jacó chegamos lá já era mais de 11 horas da noite e lá na praça ainda havia mais de mil pessoas; uma cidade onde há praticamente mais de 18 anos não se realizava comício algum. E foi por aí: em Campinas um sucesso, em Valinhos mais de mil e quinhentas pessoas, em Vinhedo a mesma coisa etc.

— Quais os próximos passos de sua campanha no estado?

— A partir do dia 13, logo depois do encerramento da copa, todo o partido vai pras ruas divulgando sua plataforma e preparando o grande ato público que faremos no dia 18 quando da convenção oficial do PT. Mas sair pras ruas mesmo, em portas de fábrica, de casa em casa, em pontos e filas de ônibus, em feiras, etc, num grande mutirão político jamais visto neste estado. Desde o 21 de abril, quando tivemos a festa comício da zona sul, a campanha baixou um pouco. Em parte devido à copa, em parte à falta de organização. Mas agora, a partir do dia 13, vamos inverter novamente esta tendência e a campanha deverá deslanchar com enorme força.

— E a nível nacional, como anda a campanha?

— O partido hoje já legalizado em 23 estados da federação, e já tem candidatos majoritários escolhidos em pelo menos 19. No próximo fim de semana em Brasília uma reunião da Comissão Executiva

junto com todos os candidatos majoritários, presidentes do partido a nível regional e coordenadores regionais dos Comitês Unificados dará um balanço geral da situação a nível político e organizacional.

— Quais as chances do PT nos vários estados?

— Eu não tenho as informações precisas que os companheiros de cada estado estão sentindo e agora na reunião de Brasília é que vai dar pra ter um quadro nacional mais exato. O que eu posso falar à vontade é do Estado de São Paulo. Aqui a gente tem plenas condições de ganhar para governador e senador e fazer prefeituras de várias cidades importantes.

Para nós o fundamental é fazermos uma campanha sem cairmos no eleitoralismo tradicional da política brasileira, fazermos uma campanha que seja um saldo de organização e conscientização política para os trabalhadores de todo o país, uma campanha que realmente acumule forças relevantes para as lutas mais decisivas que ainda estão por vir. O PT, como temos dito, não joga nestas eleições seu objetivo final.

— A avaliação do PT mudou. Antes era disputar para se afirmar como partido. Depois passou a ser disputar para ganhar. Qual o elemento fundamental para esta mudança?

— O PT vem quebrando muitas tradições políticas deste país e deste estado. Haverá quem diga que as eleições de 82 ainda serão resultado do potencial econômico deste ou aquele partido, mas eu sinceramente acho que não será isso. Aquelas pessoas que se elegeram no passado dando churrasco na véspera das eleições, distribuindo camisas de futebol, brindes e promessas, irão cair do cavalo agora nestas eleições. O povo não vai entrar mais nessa. O PDS comprou 400 Passats para sua campanha; mas pode comprar o dobro que a sua situação não vai melhorar.

Sabe, o que a gente tem sentido, e eu não acredito que o povo se engane, que o povo minta na rua, a gente tem sentido uma enorme participação. O povo tem denunciado nos palanques, nos comícios, nas rodinhas, e muitas vezes alguém até confessa que recebeu dinheiro deste ou daquele candidato, mas logo explica: olha, é que eu tava precisando, mas o

fulano vai se ferrar nas eleições porque eu não vou trabalhar nada pra ele não.

Isto me leva a crer que o PT escolheu certo o seu método que é o de organizar, conscientizar e deixar o eleitor escolher o candidato que lhe pareça mais merecedor de sua confiança. Pelo compromisso que o candidato tem com seus interesses, sabe, e não pelas palavras do candidato ou a quantidade de cartazes colados na rua.

— Como você julga e analisa as pesquisas de opinião que têm saído sobre a situação eleitoral de São Paulo?

— Olha, eu tenho visto muitas pesquisas ao longo de vários anos que são simplesmente encomendadas. Refletem o interesse de quem pediu ou de quem publicou. Por outro lado, no tempo que ainda temos pela frente, nos meses que ainda vão rolar, eu acho que a situação dada como certa pelas pesquisas ainda poderá se inverter completamente. Eu acho por isso que ainda é cedo para se fazer prognósticos em cima de percentuais de votos para cada candidato. E não é o caso de comentar pesquisas que não se sabe ao certo como foram elaboradas.

— Imaginemos que na véspera do 15 de novembro as pesquisas dêem o PDS em primeiro lugar, o PMDB em segundo e o PT em terceiro. A pressão dos peemedebistas sobre o PT será terrível. Como você encara esta situação?

**Temos feito pelo interior de São Paulo os maiores comícios políticos dos últimos 18 anos. Acabou aquela história de que o PT só dá certo em cidade grande.**

— Veja, eu não admito esta situação. Nossa disposição é de levar o PT à vitória, ao primeiro lugar, de a nível nacional mudar a qualidade do nível de organização da classe trabalhadora. Eu simplesmente não admito a hipótese do PDS paulista eventualmente ficar em primeiro lugar. O PDS ganhar as eleições pra mim é algo fora de cogitação. O PDS vai se contentar em ficar em terceiro ou quarto lugar.

Já o PMDB tem o direito de fazer sua campanha como bem entender. Se acha que irá ganhar as eleições falando mal dos outros candidatos, se arvorando ser a oposição, isso é problema deles. Do nosso

Assinatura  
anual Cr\$ 1.200,00

1. Editorial/Argentina  
Tropas britânicas, fora das Malvinas
2. Carlos Henrique Árabe  
O curso da revolução salvadorenha e a solidariedade internacional
3. Daniel Bensaid  
Ensinos da Revolução Sandinista
4. Zbigniew Kowalewski  
Todo poder aos trabalhadores poloneses!
5. Ernest Mandel e John Ross  
A necessidade de uma Organização Internacional Revolucionária

Cheque à Editora Aparte S/A - Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP: 05414

Nova Iguaçu/RJ

Moradores  
contra o  
aumento das  
passagens

Por Enock Cavalcanti (\*)

Na manhã do dia 7 de junho, a população de Nova Iguaçu (1.200 mil habitantes, 2º contingente populacional do Rio de Janeiro e 7.º do Brasil) foi surpreendida por um novo e elevado aumento no preço das passagens dos seus ônibus municipais. Os índices, fixados pelo Prefeito Ruy de Queiroz (PDS), variaram de 32 a 67%, beneficiando os empresários que exploram o transporte coletivo no município. Foi assim uma nova demonstração de força, já que no período de junho de 81 a junho de 82, computado esse último aumento, conseguiram, através da manipulação da administração iguaçuana, impor reajustes nas tarifas que totalizam o astronômico índice de 223% um recorde, sem dívida, na escala de faturamento neste setor.

A exploração desumana dos padrões dos transportes, que está fazendo com que os assalariados da região dispendam até 50% de seus ganhos na condução, foi colocada em cheque pela Federação Municipal das Associações de Bairro de Nova Iguaçu (MAB) que, como resposta ao golpe da Prefeitura e dos empresários, resolveu patrocinar uma vigília de protesto diante do prédio da Prefeitura e na praça principal da cidade, durante as vinte e quatro horas do dia. O objetivo do MAB é exigir das autoridades e dos donos das empresas, que definam juntamente com os moradores os critérios para a fixação dos preços dos ônibus, reivindicando de imediato que as passagens sejam congeladas por 1 ano para compensar os aumentos abusivos decretados até aqui. Depois que o Conselho Interministerial de Preços (CIP) transferiu para os governos municipais o poder de fixação das tarifas, o critério que está valendo para que se estabeleçam os preços, segundo um dos secretários do Governo do PDS em Nova Iguaçu, "é o bom senso", bom senso esse que privilegia sempre os abastados donos das empresas que, em retribuição, teriam dado, somente em julho para a "caixinha eleitoral" do partido do Figueiredo nada menos que dez milhões de cruzeiros.

(\*) Enock é candidato a deputado estadual pelo PT do Rio de Janeiro.

lado, o que eu tenho tentado deixar claro, e muita imprensa tem deturpado propositalmente, é que o PDS como responsável (ou representante do responsável) pela situação que aí está é o nosso inimigo. É contra este sistema que centramos nossa luta e é portanto contra o PDS. Já o PMDB, para nós, não é o nosso inimigo. Ele é nosso adversário eleitoral, estamos numa disputa eleitoral onde ambos concorreremos. O Montoro sai às ruas pedindo voto para ele e eu saio pedindo voto para mim.

— Qual o eixo de campanha do partido em São Paulo para a disputa do governo estadual?

**Nós não falamos em participação apenas, sem proposta concreta. Na nossa proposta os conselhos populares reunidos em assembléia popular estadual não serão apenas consultivos mas sim deliberativos daquilo que deverá ser feito por um governo petista.**

— O nosso eixo é nacional, Trabalho, Terra e Liberdade, como ficou definido na Plataforma. No entanto a pré-convenção estadual tirou várias diretrizes que comporão uma Plataforma Estadual, subordinada e coerente com a Nacional. Isto ainda está em elaboração e deverá, creio eu, vir a público na convenção oficial do dia 18 próximo.

— Tanto a Plataforma Nacional como a Estadual falam de Conselhos Populares na administração petista. Como você vê esta questão?

— Temos ainda que precisar o que entendemos por isso. Eu acho que estes conselhos terão por função a deliberação sobre tudo que será feito no município e no estado e também a fiscalização sobre a execução de suas decisões. Diferentemente de muitos que têm falado de participação, mas apenas têm falado sem nenhuma proposta concreta, para o PT estes conselhos terão poder de decisão, e não serão simples órgãos consultivos para por meio deles se tentar legitimar decisões tomadas por poucos. Estes conselhos municipais deverão integrar tanto representantes de bairros como de categorias profissionais e entidades de classe. E a nível estadual deverão ser estruturados a partir dos conselhos municipais. Teremos portanto a nível do estado uma assembléia popular, ou o nome que se dê (devemos evitar nomes queimados) e que fosse o órgão que realmente determinasse o que o governo do PT deve fazer.

Dentro da nossa visão como partido só tem sentido governarmos qualquer coisa se for efetivamente junto com o povo e não tratando o executivo como propriedade privada do governante em questão, como é a tradição política deste país. Tanto as políticas, gerais e específicas, como a nomeação de autoridades, tudo tem que passar por uma deliberação coletiva da população, e não ser tratado como coisa particular do governador ou prefeito. E do mesmo modo as iniciativas que o governador vier a mandar para a Assembléia Legislativa, deverão antes passar pela assembléia popular de forma a serem efetivamente encaminhadas com respaldo da população.

— Lula eleito, você toma posse?

— Eu não tenho dúvidas. Se fizermos de agora até novembro um trabalho de organização popular como eu acredito ser possível ele terá como resultado não apenas a vitória eleitoral mas também uma força política como jamais houve neste país e que eu acredito que ninguém conseguirá barrar. Eu tenho dito por aí nos comícios que nossa tarefa é dupla:

eleger e garantir a posse. E acredito que isso é possível. É verdade que a campanha eleitoral, os comícios não são em si mesmos organizadores da massa, mas eles ajudam muito a deixar plantada uma idéia de mudança que vai em seguida, de agora até novembro, ser trabalhada pelo partido em cada local de trabalho ou de moradia.

— Eleito e empossado, como será a relação do Lula governador com o governo federal? Por exemplo, a nível dos recursos financeiros, o estado será esmaçado?

— Em primeiro lugar é grande parte, mas não todo, o dinheiro que está na mão da União. Por outro lado muita gente tem perguntado se eu me disporia a conversar com o governo federal sobre esta questão. Ora, eu já fui dirigente sindical e nesta situação conversava com o ministério e com muita gente do governo, e sempre saí com a cabeça erguida do jeito que entrei. Pois uma coisa é conversar para exigir o que o povo tem direito e outra é ir mendigar ou trocar favores de calças na mão, como fazem os governadores atuais.



— Alguns setores da oposição começam a falar de governos de ampla coalizão democrática depois de novembro, unindo assim todos os partidos de oposição. Qual sua opinião sobre o que deverá fazer o PT tanto se eleito como se derrotado?

— Olha, a minha posição, bastante pessoal na medida em que o PT ainda não discutiu o tema, é de que qualquer partido de oposição que ganhar as eleições não terá condições de governar sozinho e portanto necessitará o apoio e respaldo político, do conjunto das oposições. Da parte do PT eu acredito que a contribuição que poderemos dar em qualquer estado a um governo de outro partido de oposição será um trabalho crítico, de fiscalização. Sabe, não é o trabalho simplesmente de participação, de aceitar uma secretaria, para se dizer que o partido está participando do governo. Eu acho que isso não interessa ao Partido dos Trabalhadores, pelo menos na minha visão. O que devemos fazer é de fora mesmo, através da crítica, da denúncia do que estiver errado, organizando o movimento popular para cobrar do governo mais acertos, e tudo isso não tem nada a ver com aceitar qualquer cargo. No entanto no momento oportuno o PT convocará uma pré-convenção nacional ou estadual para se definir oficialmente sobre a questão. Mas eu, Lula, eu pelo menos, jamais aceitaria entrar em um governo de outro partido de oposição. Acho que nossa função é outra.

No caso de sermos vitoriosos os cargos não serão ocupados exclusivamente por pessoas que sejam petistas. Mas ao mesmo tempo não iremos tampouco retalhar os cargos para cada partido de

oposição para compor um esquema de coalizão. Nosso governo nomeará para tal ou qual cargo as pessoas que forem capazes e que estiverem de acordo com a linha geral de nossa política de sermos um governo efetivamente popular. O retalhamento só serve para criar corrupção, para enfraquecer a organização partidária. Portanto também por este lado da questão eu não estaria a favor dos tais governos de coalizão.

— De volta aos problemas internos, e a organização da campanha, principalmente sua unificação. Como a coisa está andando no partido?

— Veja, nós saímos com a campanha e comitês unitários exatamente por que somos um partido; temos uma mesma mensagem e uma mesma organização, de norte a sul do país. Não temos candidaturas no partido mas sim candidaturas do partido. Para isso é que aprovamos uma Plataforma Nacional. Diferente dos demais partidos — nenhum deles tem nada do gênero a oferecer — o PT é partido mesmo, é uma força política em organização permanente e não apenas destinada a estas eleições de agora.

— Mas veja a situação de São Paulo, aqui perto, e que como exemplo é sintomática. Fala-se em comitês unitários mas, de fato, pela porta do escritório individual dito de coordenação da campanha do candidato, por aí é que correrá o grosso da campanha. Será que a almejada campanha unificada já não furou, não foi mais que um sonho ou uma retórica vazia?

**Minha opinião pessoal é que o PT não deve promover (se vitorioso) ou integrar (se derrotado) os tais chamados governos de coalizão oposicionista. Tanto num como noutro caso nossa visão não passa pelo retalhamento do governo.**

— Na Carta Eleitoral nós definíamos o que entendíamos que seria o melhor para o partido. Mas a gente sabe também que dentro dos estados as discussões políticas flutuam de acordo com os interesses pessoais, os interesses dos diretórios municipais, dos grupos etc, e muitas vezes acaba prevalecendo um interesse que não é o do partido como um todo.

O objetivo fundamental daquele texto era a gente conseguir acabar com a desigualdade dentro do partido, dar chances iguais a todos sem, é claro, limitar ou coibir a iniciativa individual dos candidatos. E aí, sabe, a coisa pega no breu, porque tem gente que tem já estrutura montada, dinheiro acumulado para fazer sua campanha, enquanto que outros não têm sequer um centavo para fazer um planfletinho.

Agora com todas as críticas que a gente possa fazer às decisões de São Paulo ou de outro estado, o que nós temos que ver é que nada disso ainda foi posto em prática pra valer. E vai ser só na medida em que a coisa começar a funcionar que vamos poder sanar os desvios que porventura vierem a ocorrer. O Comitê Unificado vai ter que atuar para recluir os fundos e distribuí-los a todo mundo, mas não pode proibir por exemplo que determinado candidato passe um livro de ouro.

Eu acho sabe, que há distorções, mas acredito que elas são próprias no nosso atual estágio de discussão política. Mas mesmo assim acredito que na medida em que a coisa for ocorrendo todos estaremos abertos a modificar a regulamentação de forma que ela se mostre a melhor possível.



Ignácio: "Nosso trabalho fundamental será de porta de fábrica"

## MINAS

Ignácio Hernandez

# Como fazer uma campanha operária

**E**m Minas Gerais a campanha eleitoral já começou a pegar fogo. Os partidos já definiram seus candidatos e já partem para a caça dos votos.

O PT se prepara para entrar neste jogo de outra maneira: procurando fazer do processo eleitoral um momento de propaganda da sua idéia e de organização do trabalhador.

Entre as campanhas dentro do PT, algumas se destacam por serem trabalhadores que fazem um trabalho cotidiano nas bases. Ignácio Hernandez metalúrgico presidente do PT-MG e candidato a deputado estadual, já definiu o rumo da sua campanha: será feita principalmente nas portas das fábricas, nos bairros operários e em algumas cidades do interior. Aqui ele fala ao EM TEMPO.

— Quais são os objetivos da sua campanha?

— Nosso objetivo é consolidar o trabalho feito durante anos no meio

metalúrgico, principalmente de Contagem, cidade operária do grande B.H. O metalúrgico de Contagem depois da greve de 1978, depois da campanha eleitoral do Sindicato ainda não conseguiu consolidar a sua organização. Através da campanha eleitoral agora pretende-se criar grupos de trabalhadores por fábrica para o trabalho constante pela melhoria de salário e de condições de trabalho.

Para isso estamos já começando a visitar as fábricas três dias por semana e pretendemos passar em cada fábrica da cidade industrial quatro vezes durante toda a campanha. A primeira vez com um

**"Nossa campanha tem que ser criativa, solidária, e na sua própria modéstia de recursos materiais, conquistar a simpatia do trabalhador. Para isso, e para alcançarmos a vitória, nosso trabalho terá que ser redobrado."**

boletim mais geral sobre as propostas do partido; na segunda, colocaremos o problema eleitoral e a necessidade de trabalhador votar em trabalhador; e nas duas últimas colocaremos que somos candidatos, não de uma maneira personalista e individualista mas de uma maneira solidária.

— Como organizar o grupo de fábrica durante a campanha?

— Em primeiro lugar vamos visitar todos os companheiros que já participaram das lutas sindicais, nas greves e nas campanhas da oposição sindical; em segundo lugar faremos um convite na porta da fábrica, convocando os companheiros de cada fábrica para reuniões onde trataremos de esclarecer a proposta do partido na sua campanha eleitoral, proposta essencialmente organizativa.

— Como você pretende relacionar este trabalhador com sua atividade parlamentar?

— Eu entendo que o parlamentar do PT não é aquela pessoa que sai da base para ir ocupar uma cadeira no legislativo, mas é aquele que fica mais liberado e com a autoridade dos votos que teve, para consolidar ainda mais o trabalho de base. O parlamentar do PT tem a obrigação de se inserir mais entre os companheiros de fábrica, estar ainda mais presente nas intersindicais, porque não será através do parlamento, mas sim da luta do trabalhador, que avançaremos para que o poder político e também econômico esteja nas mãos dos trabalhadores.

— E o trabalho de bairro?

— Os bairros de Contagem são bairros na sua maioria de operários da construção civil e metalúrgicos. Também nos bairros a campanha será de solidariedade com os vereadores que são também operários e tem liderança nos movimentos populares. Nosso objetivo é organizar o trabalhador no bairro para reforçar a luta na fábrica.

— Com essa campanha você acha que tem chances eleitorais?

— Com certeza eu ganho, porque somarei votos para o partido, que é o mais importante. Além disso eu saio para a campanha com a esperança firme de ser eleito por causa de um trabalho não só meu mas de um grupo de companheiros que tem lutado há 13 anos na cidade industrial, como uma candidatura comunitária de todos que temos levantado esta luta comum pela libertação do trabalhador. Encaro esta campanha eleitoral como continuidade de um trabalho feito em mais de nove fábricas em que eu trabalhei, continuidade do movimento grevista de 79, e confio na grande solidariedade que já naquela época se manifestou.

— Como você pretende financiar a sua campanha?

— Não tenho condições de fazer uma campanha rica. Acho inclusive que uma campanha com muitos cartazes e boletins revela uma contradição com um partido que tem candidatos operários sem nenhum recurso econômico. Nossa campanha tem que ser criativa, solidária, que na sua própria modéstia se conquiste a simpatia do trabalhador. Em compensação, o nosso trabalho será redobrado, e um ponto fundamental da campanha será o mutirão a visita de casa em casa. De tal forma que o nosso voto será consciente e possibilitará a continuidade do trabalho. Este será o saldo mais positivo de toda a campanha eleitoral.



## Voz quer governos de todo mundo

A última edição do Voz da Unidade festeja na capa a exitosa manobra na convenção do PMDB paulista que terminou selando a chapa Montoro-Quêrcia. E, no interior da edição, dedica nada menos que seis páginas

ao evento, proclamado como "a maior convenção partidária já vista no país". A do PT vem aí, aguardem dia 18 de julho...

Este mesmo jornal traz ainda uma longa matéria, assinada por Sérgio Moraes, insistindo na questão da unidade das oposições, "antes e depois das eleições". Quanto ao antes, nada de novo. Quanto ao depois: "alguns setores da oposição defendem a proposta de governos unipartidários... Outros, mais amplos, propõem um governo das oposições unidas, distinguindo aqui as oposições 'autênticas' das outras, as 'vacilantes'. Os comunistas estão com a proposta mais ampla: a de governos de coalizão democrática com a participação inclusive de personalidades e correntes que atualmente estejam no PDS e que defendem posições e mudanças democráticas".

Por um lado a eterna política dos reformistas em buscar, a qualquer preço, apoios de dentro do próprio regime. Mas de outro, o reconhecimento da força dos trabalhadores, em particular do PT, e o delineamento desde já de uma política destinada a trazê-lo para dentro de sua política de colaboração de classes. O tema ainda não é debatido corrente-

mente dentro do PT mas, coerente com sua posição contra coligar-se, e zeloso da independência política de classe dos trabalhadores, do mesmo modo o PT deverá se comportar frente a mais este teste, correndo em raia própria, tanto hoje, eleitoralmente, como amanhã, eventualmente na oposição diante de algum governo liberal burguês.

De qualquer forma, não deixa de ser sintomático da força petista que os reformistas já comecem a se preocupar com este lado da questão.

No plano sindical, o Voz continua evitando um pronunciamento claro sobre a CONCLAT. Nesta edição traz apenas a cobertura do ENCLAT do Rio Grande do Norte que definiu posição pelo adiamento para 1983.

## Tribuna ensina fazer política

A Tribuna também saudou o resultado da convenção do PMDB paulista, mas mostrando mais franqueza na exposição dos fatos e revelando já os primeiros receios do que poderá vir depois, se Montoro eleito. Quanto ao primeiro aspecto, em editorial na capa, diz o jornal: "A

questão de massas, firme e coesa, passou por cima de todos interesses menores de grupos e caciques". E dentro, na página três, continua o argumento, mostrando claramente o tipo de política que os "setores populares" têm que aprender nesta frente das oposições: "para não ficarem em inferioridade frente aos espertos políticos liberais e conservadores, os setores populares precisam aprender a fazer política. Sem nunca abandonar sua conduta de princípios precisam adestrar-se na ciência (sic) e na arte das flexões e vaivéns táticos, que às vezes mudam em questão de minutos".

Quanto aos receios antecipados frente a Montoro-governador, o mesmo editorial já enuncia: "O plenário pressionou para que Montoro saísse candidato a governador... não por ter ilusões que sua eleição vai significar o povo no poder... Com a mesma firmeza as forças populares exigirão do Sr. Montoro compromissos públicos com suas reivindicações mais sentidas e com a luta pela democracia".

Ingrata tarefa esta de chamar as massas a votar num candidato, desde já dando-lhe também um claro voto de desconfiança...

Na questão sindical o Tribuna abre espaço na página quatro para uma saraivada de críticas do ENCLAT goiano ao imobilismo da atual Comissão pró-CUT. Defende enfaticamente a realização da CONCLAT na data prevista e, em editorial setorial, coloca: "pode ser precipitada a construção imediata da CUT. Seria mais justo realizar um segundo CONCLAT para reforçar a unidade do movimento sindical, para renovar a pró-CUT, tornando-a mais atuante e combativa".

No plano estudantil, nem uma linha sequer sobre a enxurrada de derrotas que os tribuneiros vêm sofrendo em várias eleições importantes do DCEs e UEEs...

## Convergência acha a ditadura

Até que enfim a Convergência resolveu enxergar a ditadura argentina. Sua última edição traz na capa: "Para continuar a luta anti-imperialista, abaixo a ditadura". Dentro, nas páginas centrais, a cobertura propriamente. Que de cobertura, aliás, pouco tem, se é que



## UMA NOVA SÉRIE NO EM TEMPO

Iniciamos nesta edição uma nova série no EM TEMPO, voltada para o resumo da teoria e das experiências do movimento operário sobre a questão do poder (do Estado), sobre as instituições do Estado burguês (em particular o parlamento), e sobre a luta pelo poder dos trabalhadores e a transformação socialista da sociedade.

Na nossa opinião, esta é uma contribuição neste momento em que o PT disputa as eleições, das quais sairá com uma bancada parlamentar muito reforçada, com prefeitos e possivelmente governadores de Estado. O PT está e estará cada vez mais confrontado com questões como a da forma de usar o parlamento, sobre a possibilidade de democratizar o aparelho de Estado e usá-lo em benefício dos trabalhadores, sobre a estratégia a ser adotada na luta pelo poder.

Muitas destas questões são antigas na história do movimento operário, já foram objeto de debates acalorados. Já existe uma vasta experiência acumulada a respeito. O PT só terá a ganhar em assimilar estas experiências e esta teoria.

Trataremos destas questões em três grupos: em primeiro lugar, a teoria marxista do Estado (tanto sobre a natureza do Estado burguês como sobre o Estado Operário e a luta para chegar até ele); em segundo, as concepções e experiências reformistas (social-democratas, stalinistas); e questões sobre a participação eleitoral e o parlamento.

Nesta primeira matéria, abordamos os elementos essenciais da concepção marxista do Estado.



Um dos terrenos fundamentais da luta da burguesia nasce contra a nobreza feudal, primeiro, e as monarquias absolutistas, depois, foi o da concepção do Estado. Os pensadores da burguesia debateram longamente o tema, e com muitas variações. Mas em geral se centraram em algumas idéias básicas: a idéia do "contrato" (isto é, o Estado sendo o resultado de um contrato livremente realizado entre todos os cidadãos, que lhe cederiam uma parcela da sua soberania) e a idéia do Estado representando a vontade geral, a nação enfim. Segundo esta concepção, o Estado se colocaria acima das divisões e antagonismos da sociedade, cuidando de garantir os seus interesses coletivos.

Esta concepção permanece, no fundamental, até hoje como a concepção burguesa do Estado (com inúmeras variações, inclusive entre defensores de formas mais ou menos democráticas).

O movimento operário, desde a sua origem, rejeitou esta concepção. Afinal, estava diretamente confrontado com a realidade de uma sociedade dividida entre classes antagonicas, exploradores e explorados, com poucos interesses comuns a defender. E além disso, confrontado com o fato de que, em todos os conflitos entre trabalhadores e patrões, o Estado (a polícia, o Exército) ficou com os últimos. Não dava para acreditar na sua neutralidade.

No entanto, a corrente reformista, de uma maneira mais sutil, terminou por reeditar a concepção burguesa, na sua versão mais liberal, como vemos por exemplo na seguinte passagem do livro de Karl Kautsky, "A concepção materialista do homem" (1927):

"A diferença entre o Estado democrático moderno e as formas estatais precedentes reside no fato de que a exploração de seu aparelho estatal a serviço das classes não lhe é essencial (...). Pelo contrário, o Estado moderno tende, por sua própria estrutura, a ser o órgão da maioria do povo, e logo das classes trabalhadoras (...). De instrumento de opressão, ele se transforma em instrumento de libertação dos explorados".

## O Movimento Operário, o Poder e o Parlamento

### O que é o Estado?

O Estado é um órgão especial que nasceu da divisão da sociedade em classes, como instrumento nas mãos da classe dominante. Para os trabalhadores, o Estado burguês não pode ser melhorado, mas deve ser destruído.

A concepção marxista do Estado vem sendo desenvolvida, partindo exatamente da recusa da neutralidade do aparelho de Estado. Engels, na sua obra "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", resumiu de forma clara esta concepção:

"O Estado (...) é um produto da sociedade em um estágio determinado do seu desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se emaranhou em uma contradição consigo mesma, dividindo-se em oposições inconciliáveis, que é impotente para conjurar. Mas para que os antagonistas, as classes com os interesses econômicos opostos, não se consumam, elas próprias e a sociedade, em uma luta estéril, impõe-se a necessidade de um poder que, colocado aparentemente acima da sociedade, deve conter o conflito, mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'; e este poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e se torna cada vez mais estrangeiro, é o Estado".

Nesta passagem, aparecem claramente duas idéias básicas: a de que a existência do Estado é um resultado do desenvolvimento de classes antagonicas; e que é um organismo de dominação, de opressão de uma classe por outra: é "a criação de uma 'ordem' que legaliza e reforça esta opressão, moderando o conflito de classes" (Lênin).

#### Um grupo de homens armados

Para que isto seja possível, o Estado reserva a uma pequena minoria certas funções chave, que primitivamente eram exercidas por toda a sociedade. A mais importante delas é o uso das armas, e da força em geral. Pegar em armas é prerrogativa de instituições como o exército ou a polícia; é evidente a importância que isto tem como forma de coerção. E é claramente diferente nas sociedades primitivas, onde todos os adultos masculinos (às vezes também as mulheres) usavam armas.

Outra função chave é o exercício da Justiça. Na nossa sociedade, ela pertence a juizes, e a outros especialistas. Nas sociedades primitivas, cabia sempre a assembleias coletivas.

Outro aspecto importante a ser considerado é que além da violência do aparelho de Estado, para reforçar e garantir a sua estabilidade, a classe dominante dispõe de instituições que reproduzem uma ideologia que favorece a dominação capitalista, como a Escola, os meios de comunicação, a família, a Igreja (esta última, no sentido de que ensina aos explorados a se conformar com a sua sorte — naturalmente, hoje a coisa é mais complicada). O Estado tem também um papel de integração ideológica. Os aspectos principais desta ideologia são a aceitação da economia capitalista como natural e eterna, a aceitação da divisão em classes como tendo sempre existido, e a idéia de que os homens são naturalmente competitivos, concorrentes, e não solidários, sendo inevitável que cada um lute pelos seus interesses em detrimento dos outros.

#### O Estado como órgão de classe

A burguesia controla todo o aparelho do Estado fundamentalmente através de seu poder econômico: esse poder lhe dá naturalmente o controle sobre os grandes meios de comunicação (que têm um peso decisivo na formação da opinião pública, nas eleições, etc.). lhe dá meios variados de pressão sobre o governo. Além disso, há uma identidade natural entre os altos funcionários do Estado, bem remunerados, e a burguesia (que pode, além de tudo, utilizar o velho método de suborno).

Isto nos leva a mais um tema fundamental da concepção marxista de Estado: ao contrário do que escreveu Kautsky, não é possível melhorar ou democratizar o Estado burguês: é necessário quebrá-lo, demoli-lo, e construir no seu lugar um organismo controlado pelos trabalhadores, se queremos um estado que defenda os interesses dos explorados contra os exploradores.

Voltaremos a estas questões, que são tratadas de forma mais extensa em obras como "A Origem da família, da propriedade privada e do Estado", de Engels; "O Estado e a Revolução"; de Lênin; "Manifesto Comunista", de Marx e Engels.



alguma. No lugar dos fatos, a tradicional cantilena sectária. A ponto de, numa matéria intitulada, "Os que trabalharam para a derrota argentina", estarem arrolados, pela ordem: 1.º) O governo Galtieri; 2.º) O imperialismo; 3.º) A URSS; 4.º) O governo brasileiro e, (pasmem) 5.º) "As quintas colunas de segunda categoria, Em Tempo e O Trabalho. Além de grosseiramente falsa e deturpante de nossa posição, a matéria é na verdade, isto sim, gro-

tescamente risível, simplesmente demonstrando que o delírio sectário não encontra limites sequer na senesatez.

#### Os partidos, segundo São Paulo

O último O São Paulo continua avançando no tema das eleições. Desta vez, sob a rubrica "Fé e Política: Os atuais partidos legais", o jornal traz o seguinte perfil das várias legendas.

1. PDS - É o partido de apoio

incondicional ao governo... composto principalmente de banqueiros e latifundiários, contém ainda remanescentes dos políticos tradicionais e carreiristas.

2. PTB - Formado por integrantes da ala direita do ex-PTB. Tem sido apontado como... manipulado por setores governamentais... com o objetivo de atrair setores populares e operários.

3. PDT - Tem sido apontado como uma sigla tendente a representar no Brasil a social democracia europeia.

4. PMDB - Formula um programa

reformista voltado para as aspirações populares. Assimilou desde elementos liberais até alguns setores de esquerda, o que dificulta seja este partido de fato, a expressão das lutas dos setores explorados de nossa Sociedade.

5. PT - Formado por líderes sindicais autênticos da cidade e do campo, e pelas lideranças emergentes dos movimentos populares democráticos, além de alguns setores da intelectualidade. Talvez a única alternativa não contemplada

pelos mentores da reformulação partidária. Tem uma proposta política que subordina a conquista do socialismo à organização e desenvolvimento das lutas populares brasileiras. Pretende ser um partido de massas unificando as lutas da cidade e dos campos, atuando e crescendo fundamentalmente a partir das bases. Não se originou de nenhum partido extinto".

No pé da mesma página, o anúncio: "Como encomendar o conjunto Fé e Política".

EXCLUSIVO

Entrevista com Philip Agee, ex-agente da CIA

# As manobras dos EUA na América Central



**P**hilip Agee entrou na Central Intelligence Agency (CIA) com 22 anos. Até 1969, trabalhou como agente de informação no Equador, no Uruguai, depois no México e em Washington. Em 1975, seu livro *Inside the Company*, traduzido para o português sob o título de *Diário da CIA*, estava sendo publicado: nele, relacionava suas atividades dentro do quadro das operações secretas da CIA na América Latina. Em 1978, ele publicava, em colaboração com Louis Wolf, um outro livro sobre as atividades da CIA na Europa. O Trabalho Sujo: a CIA na Europa Ocidental.

Em 1981, ele publica um novo livro, a *CIA contra El Salvador*, no qual desarma as falsificações e as mentiras do departamento de Estado norte-americano contidos no Livro Branco sobre a ingerência comunista em El Salvador.

Por causa das pressões da administração norte-americana, Philip Agee foi proibido de entrar na Grã-Bretanha, na França e na Holanda, assim como na Alemanha Ocidental durante um certo tempo. Desde 1978, reside em Hamburgo. Publicamos abaixo o testemunho de Philip Agee sobre as ameaças intervencionistas americanas contra a Nicarágua, recolhido para a "Perspectiva Internacional" em Hamburgo em 9 de abril próximo passado.

— A administração Reagan liberou um crédito de 19 milhões de dólares para um programa de desestabilização da Nicarágua. Para que tipo de plano este dinheiro pode ser utilizado?

Philip Agee — A imprensa afirma que este dinheiro será utilizado para o treinamento de mercenários latino-americanos reagrupados em Honduras, na perspectiva de futuros ataques contra objetivos na Nicarágua, inclusive contra a presença cubana nesse país. Isto pode significar operações contra os objetivos econômicos na Nicarágua e contra os conselheiros cubanos que estariam lá.

Em outubro de 1979 — ou seja, algumas semanas depois da queda de Anastácio Somoza — escrevi um artigo intitulado "Os planos da CIA para a Nicarágua", no qual tentei indicar todos os setores nos quais a CIA poderia intervir para tornar tão difícil

quanto possível a consolidação no poder dos sandinistas e a transformação do país segundo os seus projetos. Quando cheguei a Manágua em outubro de 1981 e comecei a ter discussões sobre a situação local, fiquei chocado ao constatar a que ponto o que eu havia previsto tinha começado a se concretizar. Estas compreendiam tanto a propaganda como a ação política, o terrorismo e as tentativas de isolar diplomaticamente a Nicarágua.

De meados de 1980 até hoje, a propaganda se desenvolveu principalmente através do jornal *La Prensa*, que desempenha na Nicarágua um papel comparável ao do *Mercurio* e ao do *Daily Gleaner*, respectivamente no Chile e na Jamaica no decorrer dos anos 70. É notório que o *Mercurio* recebeu milhões de dólares da CIA para seus programas de desestabilização do governo Allende.

Não há nenhuma dúvida de que o *Daily Gleaner* de Kingston também recebeu subsídios e palavras de ordem para a sua campanha contra o social-democrata Michael Manley, no governo a partir de 2 de março de 1972. O paralelo entre o papel de *La Prensa* e o desses dois jornais é muito evidente.

Um outro eixo de propaganda apareceu a propósito dos índios Miskitos, na costa Atlântica. Após a derrubada de Anastácio Somoza, em 16 de julho de 1979, os sandinistas cometeram alguns erros sérios que eles mesmos reconheceram. Tentaram incorporar os Miskitos muito rapidamente no processo revolucionário e, consequentemente, muitos deles e de seus dirigentes se afastaram. Esta zona nunca foi realmente integrada nas grandes correntes da economia e da vida política do país.

Steadman Fagoth, que foi um agente somozista notório antes da vitória sandinista, montou uma estação de rádio que transmite de Honduras para atingir os Miskitos, na sua língua. Os objetivos dessas transmissões é de suscitar o medo da revolução, tentando fazer os índios acreditarem que seriam tomadas as suas terras e sua identidade cultural ao se integrarem no processo revolucionário.

O resultado foi que cinco mil Miskitos — de um total de 130 mil — atravessaram a fronteira entre a Nicarágua e Honduras e estabeleceram acampamentos do lado de Honduras.

Quando eu estava na Nicarágua, ouvi que os acampamentos organizados por esse Steadman serviam para treinamento militar e que os Miskitos que queriam retornar à Nicarágua eram transferidos para campos de concentração onde então ficavam praticamente prisioneiros. Alguns escaparam e retornaram à Nicarágua para contar sua história, que era divulgada na imprensa.

Em resposta aos raids fronteiriços que se desenrolaram durante meses a partir das bases de Honduras, os sandinistas decidiram reforçar a fronteira e deslocar cerca de 10 mil Miskitos para outras zonas. Quando eu estava na Nicarágua, professores cubanos foram assassinados na cabana dos camponeses em que eles viviam. Um outro foi morto em dezembro.

Desde novembro, estes raids fizeram uma centena de vítimas no Exército e nas milícias populares sandinistas da Nicarágua. Os nicaraguenses propuseram constituir patrulhas comuns com Honduras na fronteira, para evitar estas incursões e evitar — se existe — a entrada de armas em El Salvador.

Steadman Fagoth não tem recursos próprios para financiar sua estação de rádio e seus campos em Honduras, mas foi ferido em dezembro de 1981 no acidente ocorrido

a um veículo militar hondurenho que transportava igualmente o comandante hondurenho de Porto Lempira, logo acima da fronteira do rio Coco. É a prova das estreitas relações de trabalho entre os militares hondurenhos e o movimento contra-revolucionário que age entre os índios Miskitos. Steadman Fagoth vai frequentemente a Miami, e tenho todas as razões para pensar que ele encontra agentes da CIA tanto na capital de Honduras, Tegucigalpa, quanto em Miami, e que é a CIA que subvenciona seus campos, suas atividades e sua rádio, se a Agência continua a seguir os modelos que pôs em prática nos últimos 30 anos.

Para voltar à questão colocada, o programa de 19 milhões de dólares é, segundo a imprensa, um novo programa de treinamento de comandos. Eu estimo entretanto que a CIA começou isto desde algum tempo na Nicarágua. Se conhecessemos toda a verdade, encontraríamos dezenas de milhões de dólares consagrados a este gênero de atividades. Em outras palavras, talvez os comandos constituam novas unidades, mas já existem outras.

A CIA procura fazer campanha com relação à questão dos Miskitos, e o conjunto do governo americano também. Nas Nações Unidas, a embaixadora Jeanne Kirkpatrick fez sua declaração mais escandalosa acusando os sandinistas de violar os direitos humanos dos índios Miskitos deslocando-os de sua zona tradicional ao longo do rio Coco. É uma maneira de



provocar os problemas, e de explorar em seguida a solução trazida a estes problemas.

— Em 15 de março, o governo da Nicarágua declarou o estado de urgência para responder à agressão exterior contra o governo sandinista. Este estado de urgência foi apoiado amplamente pelas forças de oposição burguesa na Nicarágua. Você acaba de dizer que há uma ligação entre o intervencionismo dos USA e *La Prensa* ou outros meios de comunicação da oposição burguesa. Não há aí uma contradição?

Philip Agee — Eu não vejo contradição no apoio do setor privado ao estado de urgência. Eu creio que o próprio Alfonso Robelo, o dirigente do Movimento Democrático Nacional (MDN), criticou certas declarações agressivas de Washington, porque isto poderia contribuir para reforçar os sandinistas. Há, certamente, a questão nacional. Como um nicaraguense poderia deixar de se opor a uma intervenção americana, depois de toda a história de apoio dos USA aos Somoza e das outras intervenções ao longo deste século? (1912, 1927).



Qualquer que seja seu acordo ou desacordo com o programa revolucionário dos sandinistas, eu creio que os nicaraguenses estarão todos unidos contra qualquer tipo de intervenção americana. Isto não quer dizer que o setor privado e seu organismo dirigente, o Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP) não aceite dinheiro da CIA. Eles aceitam com certeza milhões de dólares de ajuda americana.

— Recentemente, a situação em El Salvador teve desenvolvimentos dramáticos. A força militar da oposição revolucionária cresceu. Os USA intervêm em diversos níveis, militar e político, dando seu apoio à realização das últimas eleições. Você pode indicar as características principais desta intervenção?

Philip Agee — A administração Reagan tem dificuldades com seu Congresso e sua opinião pública. A oposição ao apoio aos militares salvadoreños se acentuou ao longo do ano passado. A chave do prosseguimento da intervenção americana em El Salvador é conseguir demonstrar um suposto desenvolvimento democrático e um processo de reforma, a fim de justificar a intervenção. Por outro lado, a campanha de opinião deve mostrar o movimento revolucionário salvadoreño como apoiado e controlado do exterior, pelos nicaraguenses, cubanos, soviéticos, e inclusive etíopes e vietnamitas.

Nos anos 50, quando eu entrei na CIA, o fim da propaganda a respeito de todo movimento revolucionário era antes de tudo pintá-lo como expressão de uma ideologia não ocidental — como se o socialismo e o comunismo não fossem ideologias tão ocidentais como o capitalismo — estranha aos valores tradicionais de nossa sociedade, hostil à família, à Igreja e aos direitos democráticos.

O outro eixo consistia em fazê-lo aparecer como um instrumento da URSS e de Cuba (e atrás de Cuba, da URSS). Desde a posse da administração Reagan, em janeiro de 1981, o eixo da propaganda foi apresentar o movimento revolucionário salvadoreño como uma extensão do conflito Leste-Oeste, e o movimento deste país como controlado por Cuba, URSS e Nicarágua. Esta orientação ignora as condições objetivas do país, históricas e atuais, que conduziram o povo a se lançar na luta armada como única solução.

Esta propaganda fracassou nos Estados Unidos, exceto diante da direita mais recalcitrante, que vê um complot comunista atrás da menor reforma. Deve-se reconhecer que os meios de comunicação americanos apresentaram o conflito

salvadorenho em termos históricos, partindo dos levantes de 1932 e do massacre de 30.000 pessoas, seguidos de um meio século de governos militares que perpetuaram a exploração da grande massa da população pelas 14, ou, digamos, 250 famílias.

Seria para mim, bem difícil, se eu vivesse nos EUA e se eu fosse empregado em uma companhia de seguros ou em um banco, observando as notícias ao chegar em casa, ou lendo meu jornal da manhã, não fazer uma idéia da realidade do conflito salvadoreño, que tem uma relação com a história e a situação real daquele país. É na minha opinião uma das razões pelas quais as sondagens de opinião nos EUA mostram um grande número de pessoas — talvez mais da metade — hostis à continuação da ajuda aos militares salvadoreños. Todos os esforços para apresentar um suposto processo de democratização e de reformas foram um relativo fracasso, em razão do prosseguimento dos massacres pelas forças de segurança e os bandos da extrema direita. E agora que a direita (eu deveria dizer extrema-direita, pois dificilmente podemos considerar Napoleón Duarte como um homem do centro) ganhou a maioria dos lugares na Assembléia Constituinte salvadoreña, com as recentes eleições, vai ser ainda mais difícil para a administração Reagan fazer valer a imagem de um processo progressista.

— A propósito da Nicarágua, você mencionou Honduras. Nós sabemos que já há refugiados salvadoreños em Honduras. É igualmente evidente que os EUA apoiam fortemente Honduras em termos de ajuda militar. Que papel desempenha Honduras nos planos de intervenção americanos?

— As recentes eleições em Honduras tornam evidentemente mais fácil para Ronald Reagan o reforço de sua assistência militar a este país. Honduras é hoje um país chave para a administração americana pois, se ela pudesse provocar os nicaraguenses e fazê-los atacar o território hondurenho,

então Honduras poderia pedir toda espécie de assistência, por exemplo em nome do tratado do Rio de 2 de setembro de 1947. Eu não acredito que os nicaraguenses, apesar de terem os meios, lhes dêem tal presente.

Há milhares de mercenários anti-sandinistas treinados neste momento em Honduras. O número de conselheiros militares americanos em Honduras foi elevado a mais de 100 nos últimos meses, enquanto só havia alguns em meados do ano de 1981. Há também conselheiros argentinos. Eu acho que a CIA participa destes treinamentos por meio de outros mercenários, como antigos boinas verdes ou veteranos do Vietnã, que ela manda a Honduras para enquadrar estas unidades contra-revolucionárias. Parece-me que o ministro nicaraguense das relações exteriores declarou que há aproximadamente seis mil homens em armas entre os comandos treinados em Honduras.



## A FMLN está ganhando a guerra

As últimas operações militares demonstram a impossibilidade do governo de aspirar a uma vitória militar sem a participação em larga escala dos norte-americanos. Diante da proximidade do desenlace, os esforços em solidariedade com a revolução na América Central devem se redobrar.

Por Marcelo Zugadi

**N**o dia 25 passado, o alto comando das forças armadas de El Salvador viu-se obrigado a decretar o "estado de emergência militar" em todo o país. Esse é o primeiro resultado da furiosa ofensiva do governo que nas últimas semanas tentou deslechar um golpe mortal contra a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, nos departamentos de Morazan e Chalatenango.

Como EM TEMPO informou na edição anterior, a ofensiva foi um fracasso. Longe de quebrar a resistência dos revolucionários, os militares perderam homens e armas como nunca, sem atingir seus objetivos. Na semana passada, o governo teve que admitir, depois de uma insistente tentativa, que o vice-ministro de Defesa foi capturado pela FMLN. O coronel A. Golfo Castillo, que supervisionava as operações em um helicóptero, foi preso pelos guerrilheiros depois que o avião foi derrubado em Morazan pelos revolucionários. A rádio "Venceremos", da FMLN, transmitiu uma declaração de Castillo, mostrando que a capacidade militar para resistir a ofensiva combina-se com um perfeito funcionamento da atividade de propaganda. A rádio "Venceremos" cumpre um papel importantíssimo junto à população, sendo utilizada como instrumento não só de propaganda como também de organização.

Ao mesmo tempo que mantém sob controle

e infringe grandes perdas às forças governamentais, a FMLN lançou um contra-ataque anunciando que está decidida a paralisar o transporte em todo o país. A Frente disse que destruiria qualquer caminhão ou ônibus que encontrasse nas rodovias. No primeiro dia, foram queimados 25 veículos, sem que houvesse mortos nem feridos. Foi depois dessa operação que o governo viu-se obrigado a decretar o "estado de emergência militar". As forças armadas mobilizaram todas as suas forças e intensificaram o patrulhamento da capital, San Salvador. Informes da capital salvadoreña indicam que a FMLN, aproveitando a concentração de forças militares em Chalatenango e Morazan, preparará ações em San Salvador, obrigando o governo a afrouxar a pressão militar sobre os territórios controlados pelos revolucionários ou correr sérios riscos no centro vital do país.

Uma retirada dos militares nas atuais condições, no entanto, significaria uma derrota militar e sobretudo moral de importantes consequências. Nesta ofensiva, foram utilizadas as tropas de elite, treinadas durante três meses nos Estados Unidos; os caças bombardeiros A-37 enviados pelos norte-americanos foram utilizados em bombardeios contra a população civil em Morazan, enquanto seis mil soldados tentavam acabar com os guerrilheiros;

Já há um número considerável de complotos descobertos pelo governo nicaraguense, como a tentativa, em janeiro passado, de destruir a única refinaria de petróleo e a única fábrica de cimento país. Esta operação incluía argentinos e os serviços de segurança venezuelanos. Eu acho que este tipo de ação militar contra os sandinistas vai continuar, a menos que haja uma solução diplomática global para a região.

— Na Guatemala, o general Rios Montt tomou o poder por um golpe de Estado realizado imediatamente depois das eleições de março. Você pensa que isto tenha criado uma nova situação? Há sinais de colaboração entre os putschistas e alguns setores da administração americana?

— Eu considero este golpe de Estado uma questão interna às forças armadas guatemaltecas. Ainda é muito cedo para dizer se o novo regime será capaz de melhorar a imagem do governo guatemalteco a ponto de permitir a Ronald Reagan justificar uma retomada de sua ajuda militar. O problema com a Guatemala é evidentemente que ela detém o terrível recorde da repressão política. É um fato conhecido pelos "fabricantes de opinião", como por todo o mundo nos EUA. É evidente que Ronald Reagan desejaria poder retomar a ajuda militar à Guatemala, que não recebe ajuda militar oficial desde a chegada do presidente Carter ao poder em 1977, com excesso de caminhões e jipes no ano passado. A Guatemala recebeu ajuda militar da Argentina e de Israel, mas tem necessidade sobretudo da ajuda americana (...).

— Nós falamos da intervenção econômica, política e militar na América Central. Como a administração Reagan poderia justificar uma intervenção militar direta na América Central e nas Caraíbas?

— Eu não acho que tenha as condições para isto. O único meio para os EUA de intervir seria fazê-lo de comum acordo com



outros países latino-americanos, como a Argentina, o Chile ou o Uruguai. Há certamente um perigo real de bloqueio de Cuba, de bloqueio naval na Nicarágua, de apoio tático aéreo aos militares de El Salvador ou mesmo da Guatemala. Mas o fator decisivo para impedir este tipo de intervenção é que se faça compreender aos EUA qual seria seu custo humano para os próprios americanos.

Quanto à Cuba, eu acho que os militares americanos e uma boa parte da opinião pública estão conscientes do preço que devem pagar por uma agressão direta, e julgam o preço inaceitável. Haveria simplesmente americanos demais repatriados em um saco plástico, como ocorreu no Vietnã, pois Cuba possui um Exército muito poderoso, uma força aérea, uma milícia armada. Eles lutariam, não há nenhuma dúvida. Os nicaraguenses também, e os custos humanos seriam também neste caso muito elevados.

e, se isto fosse pouco, oficiais norte-americanos se engajaram diretamente na luta. Uma retirada depois de tanto investimento supõe uma tremenda derrota para o novo governo.

### O imperialismo em xeque

A imprensa dos EUA denunciou que os "assessores" norte-americanos, armados com fuzis M-16 e lança-morteiros de 88 mm (o Congresso proibiu expressamente que tais "assessores" utilizem outra arma que não pistolas ou fuzis de "auto-defesa") combateram com os salvadoreños na região de Ponte de Ouro, perto da capital salvadoreña. Esse passo, exigido pela necessidade de defender a capital, soma-se à escalada de envio de armas, aviões e helicópteros.

Mas os imperialistas não estão unânimes na política a aplicar em El Salvador. A manifestação de 800 mil pessoas pela paz em Nova Iorque no dia 12 de junho, embora não fosse contra a intervenção na América Central, demonstra o potencial opositor que tem um novo Viet Nam para a Casa Branca. E isso provoca diferenças entre os representantes do capital.

A queda de Alexander Haig, entre outras muitas coisas, reflete também a necessidade do governo Reagan de recompor sua estratégia em relação à América Central e, particular-

mente, perante El Salvador. Expressão disso é a reviravolta total que significa o reconhecimento por parte de alguns setores de que as eleições de 28 de março passado foram uma fraude escandalosa. Segundo as denúncias de um especialista em questões da região, que foram largamente divulgadas pela imprensa (o que não teria ocorrido se não refletisse uma mudança de um setor do imperialismo), não houve mais de 700 mil votos na eleição contra 1,5 milhões anunciados. A partir disso, é possível que o Congresso pressione para derrubar a D'Aubisson e procure outra fórmula, que não exclui negociações com a guerrilha, única alternativa além da intervenção em larga escala de tropas norte-americanas.

Em qualquer caso, a ameaça de invasão na América Central não acaba e não acabará. Uma prova indiscutível é a presença nas águas da região de navios da frota norte-americana, são os constantes ataques a Nicarágua a partir de Honduras e tentativas de formar um "governo provisório" encabeçado por Alfonso Robelo e Eden Pastora para "legitimar" a criação de um exército mercenário para atacar a Nicarágua. Os esforços para denunciar a intervenção e se solidarizar com a revolução centro-americana devem ser maiores do que nunca.



A crise argentina

# Caiu Galtieri... a ditadura continua

**J**unto com a rendição nas ilhas Malvinas, deu o último suspiro o regime que, por essas ironias da história, foi denominado "Processo de Reorganização Nacional". Em meio de um caos político e econômico como jamais conheceu a Argentina, a junta de comandantes, órgão máximo do poder militar, estilhou-se pondo à luz as profundas fraturas nas forças armadas. A aeronáutica e a marinha retiraram-se da junta. A impossibilidade de chegar a um acordo para eleger um novo presidente foi o estopim, mas a carga que explodiu tinha pólvora acumulada durante seis anos. Assim, a partir de junho, a ditadura é exclusividade do exército, enquanto a marinha e a força aérea passaram... à oposição!

A nova ditadura lançou-se com justificada pressa a redigir os novos estatutos que regerão o país. A base do novo governo não poderia ser mais frágil. A quebra da junta — que supõe a saída de dois terços dos homens que encarnam o aparato do Estado — pulverizou o poder (a expressão absurda disso foi o fato de Galtieri, dois dias depois da renúncia, ter ido dormir na casa do governo e se entreteve assinando o despacho diário) e colocou o país à beira da guerra interna.

O novo presidente, general Reinaldo Bignone (que se não houver surpresas assumiu no dia que **EM TEMPO** saiu nas bancas) não tem sequer o apoio do exército. Os dois mais importantes postos de comando do exército (chefe do Estado Maior e comandante do primeiro corpo) estão vagos desde a renúncia de Galtieri. O novo comandante em chefe, general Cristino Nicolaidis — um talentoso torturador, que declarou há pouco tempo que o marxismo ameaça a humanidade desde 500 anos antes de Cristo — é contestado pela maioria dos chefes com mando de tropa.

A esse quadro, somou-se o impacto da volta dos soldados que combateram nas Malvinas. A imprensa argentina reproduzia declara-

**A derrota argentina precipita a crise: a renúncia de Galtieri, a divisão nas forças armadas, o vácuo.**

**Os partidos burgueses ajoelham-se, estendem a mão ao regime mas são enormes os espaços democráticos abertos ao movimento de massas.**

Por Marcelo Zugadi

ções que denunciam a criminoso inépcia das forças armadas: as tropas foram derrotadas pela falta de alimentos, de equipamento adequado para o frio e até de munição; os comandantes estiveram ausentes do campo de batalha; as operações não foram coordenadas... o governador Menendez rendeu-se aconselhado por uma professora malvinense e à margem das ordens de seu comando. A indignação popular, que produziu já uma grande manifestação no dia da rendição, expandiu-se para todo o país tirando das forças armadas o último vestígio de respeitabilidade que pudessem ter.

**Os partidos ajoelham-se outra vez**

Nesse preciso momento, quando o poder militar se derruba como um castelo de areia, quando a crise econômica chega a seu auge paralisando o país e se abre a oportunidade de descarregar o golpe de graças sobre a ditadura militar, o novo presidente recorre aos partidos. No 22 de junho, pintando com tons surrealistas a crise do país, todos os partidos de "oposição" (foram 14 partidos reconhecidos, faltando só o PC para quem, por razões de estilo, retirou-se o convite na última hora) reuniram-se com Bignone para emprestar-lhe seu apoio, enquanto dois terços do poder militar, marinha e aeronáutica, ocupavam o lugar da "oposição".

Um instante antes da morte, os partidos

políticos salvaram à ditadura. A partir daí, pensadamente, começou a se recompor o poder militar. O ponto de partida, obviamente, é a instauração de um novo regime, de "transição", que convocará eleições em dezembro de 1983 e entregará o poder em março de 1984. Mas o certo é que a ditadura militar segue no poder e colocou no ministério da economia um de seus homens, identificados com a política que se aplicou até hoje.

Através de um passe de mágica de último momento, a eleição de um vice-presidente civil, procura-se agora recompor a aliança militar. A marinha e a aeronáutica, que queriam um presidente civil, dariam apoio a Bignone. A fragilidade da manobra é evidente; e não pode se descartar um golpe a curto prazo. Porém, o apoio dos partidos joga um papel decisivo perante a falta de hegemonia entre os militares e o novo regime pode eventualmente se manter à procura de uma saída de emergência.

**A nova situação**

Na base do aparente absurdo que domina o panorama político argentino, está a seguinte contradição: a ditadura estava esgotada e encurralada antes do desembarque nas Malvinas; mas, a guerra, ganhou-a o imperialismo. Isso não podia deixar de se refletir na dinâmica das massas e na correlação de forças internas. Por isso, com uma cara diferente, a ditadura continua. Identifica a si mesma pelos seus objetivos. Significativamente diferente na

sua forma. Entre um e outro fator, está a possibilidade política do movimento operário.

Abriu-se um importante espaço democrático — que não exclui a continuidade da repressão — mas a burguesia e as forças armadas retomaram uma iniciativa política perdida dois anos atrás e que não conseguiam recuperar quando a greve geral se apresentava como ineludível e imediata em fins de março. Nenhum desses dois aspectos da nova situação têm garantias de longo prazo. Mas hoje definem a situação política do país.

A crise econômica e a mobilização das massas — por reivindicações democráticas e econômicas — vieram de imediato a completar o quadro. E serão os fatores decisivos do próximo período. A greve geral não está excluída, mas é claro que os burocratas sindicais farão tudo para evitá-la.

As forças armadas tratarão de decapitar os chefes responsáveis pela guerra e seu final. Se o conseguem — através de tribunais de guerra — haverão plantado uma base importante para enfrentar a nova situação. Se não, a guerra interna — que arriscaria se converter numa guerra civil — será a perspectiva extrema da crise.

O pânico da burguesia e do imperialismo, porém, empurram para o acordo, carregando as culpas sobre alguns generais e fazendo importantes concessões econômicas e democráticas às massas. Conta-se a falta de direção sindical e política do proletariado. Mas as margens são excessivamente estreitas. Nem a economia nem as perspectivas de desenvolvimento do movimento de massas ajudarão os planos do novo governo.

Uma enérgica e audaciosa política da vanguarda operária para recuperar os sindicatos e construir seu partido dos trabalhadores pode mudar todo o panorama. Mas isso, poderemos tratá-lo só na próxima edição.

Líbano

## A vitória de Pirro de Israel

Por Jaime Brener

**N**o momento em que escrevemos este artigo, a situação no Líbano parece chegar ao ápice da crise. O exército israelense ocupa grande parte do território do país, inclusive as principais cidades. O gabinete de "Salvação" Nacional do presidente Elias Sarkis simplesmente desintegrou-se com a saída do primeiro-ministro muçulmano Shafik Wazzan e do líder da coalizão muçulmano-esquerdista, Walid Jumblatt.

Os palestinos e libaneses progressistas encontram-se completamente isolados. Não há qualquer governo árabe da região fornecendo-lhes um apoio fundamental. No inferno dantesco dos quase 20 mil mortos, a OLP propõe a Israel uma rendição honrosa, negada

pelo governo sionista. Para completar o quadro, o Secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, "desaba". Mas, rompendo a barreira das informações da imprensa burguesa, o que levou Begin e seu governo a provocar este verdadeiro morticínio?

Nos últimos anos, o movimento palestino, encabeçado pela OLP, vinha conseguindo inúmeras vitórias, essencialmente no campo da organização das massas palestinas nos territórios ocupados por Israel, e no apoio à sua causa, cada vez maior em amplas camadas dos trabalhadores e da juventude israelense, culminando com a greve geral desencadeada pela população palestina contra a exoneração dos prefeitos palestinos de Belém, Nablus e outras

cidades. Vale dizer que esta greve foi violentamente reprimida pelo exército israelense, e também que contou com o apoio de muitos trabalhadores israelenses.

O intento de Begin com esta guerra não é outro senão **destruir completamente** o movimento palestino fora de Israel, massacrar o povo palestino e amplos setores da população libanesa, preparando as bases para o massacre às massas palestinas nos territórios ocupados por Israel. De quebra, se tenta provocar novamente o sentimento de "unidade judaica" na população israelense, eliminando os efeitos da crescente oposição à política sionista.

Begin, o velho terrorista, aparentemente

saiu-se vitorioso em todos os campos. Diversos dirigentes "progressistas" libaneses chegaram inclusive a afirmar que a solução para os palestinos seria abandonar o Líbano e encontrar outras formas de luta, que não a organização popular. No entanto, a toupeirinha da revolução trabalha em silêncio. A crise do capitalismo avança e o sionismo terá que enfrentar-se com problemas cada vez maiores. A opinião pública mundial não é mais tão segura em apoiar o governo de Begin, o governo dos "judeus eternamente perseguidos". A oposição entre os judeus à política sionista é crescente dentro e fora de Israel. E o movimento palestino e a OLP ressurgirão, certamente, com mais força.

EM TEMPO:

A Editôra Aparte S/A • Rua Francisco Leitão, 57 • CEP 05414  
• Pinheiros • São Paulo

assinatura Cr\$ 1.500,00

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: .....

Cidade: .....

Estado: .....

DEBATE

Sobre o morticínio no Líbano e as perspectivas da OLP, com a editoria internacional do "Em Tempo" e com representantes da comunidade palestina no Brasil, dia 8/7, 5.<sup>a</sup> feira às 19h30, na sede do EM TEMPO, R. Fco. Leitão, 57 S.P.

## “O PT deve dar todo apoio aos palestinos”

Em meio à agressão assassina do governo de Begin aos povos palestinos e libaneses, **EM TEMPO** ouviu Souheil Saiegh, ex-presidente da Federação de Entidades Árabes-Palestinas e candidato a deputado estadual pelo PT em São Paulo.

Por Jaime Brener



Nas ruínas de Tir, a legenda de Ararat, dirigente da OLP

— Qual a sua visão das raízes da invasão israelense do Líbano, a que interesses ela serve?

**Saiegh** — Creio que a raiz está no próprio caráter expansionista do estado de Israel. Begin prega a criação da “Grande Israel” bíblica, cujas fronteiras iriam do rio Eufrates, no Iraque, ao Nilo, já na África. O conflito não é um fato isolado, mas faz parte da estratégia do imperialismo americano para a região. Da mesma forma que ele utiliza Israel para deter a revolução na região, utiliza o regime de Pretória na África e os regimes ditatoriais na América Latina.

— A grande imprensa diz que a raiz de todos os conflitos está na “rivalidade” entre judeus e árabes na região. Como é que você vê isto?

**Saiegh** — O conflito não é religioso. Não se trata de uma luta contra o judaísmo ou contra os judeus. Antes da implantação do estado de Israel, árabes e judeus viviam em harmonia na região. Com a criação do estado e sua política racista e expansionista, os conflitos começaram. A não aceitação e o não reconhecimento por parte de Israel da existência do povo palestino e da OLP, seu legítimo representante, gerou esta situação. O objetivo da OLP é o extermínio da ideologia sionista, e não dos judeus.

— Fala-se muito na grande imprensa que a OLP é uma organização terrorista que ataca essencialmente objetivos civis e que a presença dos refugiados palestinos no Líbano levou a

desestabilização da “Suíça do Oriente”. Qual a sua opinião?

**Saiegh** — A OLP condena ações fora dos territórios ocupados, por Israel! A luta pela libertação deve ser levada dentro da Palestina ocupada. Dentro dos territórios, a OLP não assume qualquer ação destrutiva deliberada contra objetivos civis israelenses. Utiliza sequestros, por exemplo, como forma de pressão política. A ação agressiva de Israel nestes casos tem sido a responsável pelas mortes civis. Quanto à presença dos palestinos no Líbano apenas acirrou a contradição de classes já existente naquele país. A “estabilidade” libanesa se assentava sobre a exploração. De qualquer forma, os palestinos não estão ali, de maneira alguma, em caráter definitivo. Sua pátria é a Palestina.

— Quem são as populações “cristãs” que Israel diz apoiar?

**Saiegh** — Não é verdade que Israel esteja salvando os cristãos libaneses. A maior parte das lideranças do movimento palestino (como George Habashe) e do povo libanês, é cristã e está irmanada à OLP. A Falange Libanesa, de extrema-direita, representa a burguesia libanesa, e não as grandes massas. Israel, apoiado pelo imperialismo americano, luta pela manutenção dos privilégios desta elite, e não em defesa dos cristãos.

— Temos visto nos últimos meses um

vigoroso movimento de massas interno a Israel, contrário à ação imperialista do governo de Begin. Qual é a posição da OLP frente a isto?

**Saiegh** — Os judeus são vítimas do sionismo. Uma boa parte dos trabalhadores e jovens judeus apoiam a luta do movimento palestino porque o sionismo, ao procurar aplastar os palestinos, tenta iludir os judeus. Muita gente tem tomado consciência desta situação. Basta vermos que há alguns meses, quando da greve geral palestina nos territórios ocupados, muitos irmãos trabalhadores judeus saíram às ruas apoiando as massas palestinas. Em diversos países, como na França e no Brasil, parcelas significativas da comunidade judaica têm se posicionado contra as atitudes de Begin.

— Quais forças políticas que, dentro de Israel, apoiam a luta palestina?

**Saiegh** — A principal delas é o Movimento Paz Agora que levou dezenas de milhares de pessoas às ruas na luta por uma paz justa e duradoura. Além disto temos o Partido Comunista, a Liga Comunista Revolucionária (Matzpen) e diversas personalidades, como a advogada de presos políticos Felicia Langer, Israel Shahak, presidente da Liga de Defesa dos Direitos Humanos de Israel etc...

— Frente à reação indiferente da imensa

maioria dos países árabes, como fica a relação da OLP com a burguesia árabe?

**Saiegh** — Na região existem, é claro, diversos governos que não vêm com bons olhos a vitória da revolução palestina, pois significaria um salto para o movimento de massas em seus próprios países. Seus interesses coincidem com os do imperialismo.

— Qual o projeto que a OLP propõe para as massas árabe-israelenses, como uma solução justa?

**Saiegh** — A OLP propõe a criação de um estado palestino leigo, democrático e igualitário onde possam conviver em harmonia e sem discriminações judeus, cristãos, muçulmanos, onde as massas trabalhadoras possuam os mesmos direitos.

— Como membro da Sec. Relações Internacionais do PT, qual a posição que o partido deverá tomar frente à invasão do Líbano?

**Saiegh** — Não somente quanto a este conflito, mas em qualquer lugar do mundo onde o trabalhador seja privado de seus direitos, o PT propõe solidariedade incondicional. Total apoio às massas e aos povos explorados. Creio que quando se fala em revolução, não se pode restringi-la à Palestina ou a qualquer outra região. A solidariedade internacional a todos os processos revolucionários é tarefa central para qualquer revolucionário, em qualquer país.

**Q**uais as questões concretas que levaram a categoria à greve em Novo Hamburgo?

— **João Machado** — Em primeiro lugar devemos salientar que a categoria de metalúrgicos de NH esteve sob controle de pelegos por mais de 23 anos. No prazo de um ano conseguimos desenvolver um trabalho razoável de organização da categoria tanto à nível de fábrica, como também, à nível de sindicato. Mobilizados fundamentalmente em cima das questões salariais, partimos para o assiduo coletivo organizando uma Comissão de Mobilização, com mais de 50 companheiros eleitos em assembleias de fábricas, a qual elaborou as cláusulas do dissídio, num total de 67 propostas. O Índice de Produtividade solicitado era de 15%, piso salarial de 32.000,00, reajuste trimestral de 50% conforme o INPC, estabilidade para toda a categoria por 1 ano além da tirada de delegados sindicais em todas as fábricas.

Desde o início do processo, os patrões se negaram a discutir a pauta de reivindicações e propunham baixar os índices salariais. Havia uma clara manobra patronal com a intenção de esvaziar o movimento tentando jogar o dissídio para a esfera judicial. Percebendo-se disso, a categoria em assembleia, resolveu assumir uma conse-

## Metalúrgicos de Novo Hamburgo/RS Dois dias de muita garra

João Machado, presidente do sindicato, e Paulo Raubter, militante sindical e candidato a vereador pelo PT em Novo Hamburgo, avaliam a greve dos dias 3 e 4 de junho.

Por Benjamin Heimberg Filho

quência maior efetivando a greve não tanto pela questão salarial e sim, pela intransigência, pelo desrespeito dos patrões em não querer negociar com os trabalhadores.

— **Como a greve repercutiu na categoria e demais trabalhadores de Novo Hamburgo?**

— **Paulinho** — Apesar de ser uma categoria pequena, e dispersa em pequenas fábricas, mostrou-se combativa assumindo a greve, coisa que em 23 anos jamais havia acontecido em Novo Hamburgo. No decorrer da greve obtivemos apoio efetivo da população em geral, dos estudantes, de militantes do PT, de entidades de outras categorias e do movimento comunitário.

— **Que vitórias a categoria conquistou nesta greve?**

— **João Machado** — Se analisarmos pelo aspecto financeiro, não poderemos dizer que foi uma grande vitória, se bem que, nós considera-

mos um avanço o simples fato de forçar os patrões a mexerem na sua proposta inicial. Conquistamos 5,5% e 4,5% para 1ª e 2ª faixa em termos de produtividade, 30% de antecipação trimestral sobre o INPC e um piso de 23.480,00 extensivo a toda categoria sem discriminação, incluindo-se o menor, a mulher, o ronda, o faxineiro e outras funções. A maior vitória que nós tivemos, foi sem dúvida alguma política, com o avanço da consciência e de organização da categoria e o despontar de vários companheiros que vão contribuir muito no sindicato, nas fábricas e no movimento sindical em geral.

— **Passado o período de negociação salarial quais as perspectivas e lutas a serem levadas?**

— **João Machado** — Num primeiro momento é nossa intenção inicialmente o significado e a impor-

tensificar a organização, para evitar as demissões e perseguições por parte dos patrões. E desde já começar a discussão o mais amplamente possível da próxima campanha salarial.

— **Como está sendo a preparação da Enclat e Conclat na categoria e no Vale dos Sinos?**

— **João Machado** — Nós vemos a realização do Enclat e da Conclat como um desafio que a classe trabalhadora tem de vencer, passando por cima de toda uma estrutura sindical fascista que impede a livre organização dos trabalhadores. A discussão propriamente dita das propostas para o Enclat e a Conclat começou a ser lavada efetivamente para a categoria após o término da greve. Estamos levando uma discussão com os trabalhadores nas fábricas forçando que se discuta a realização destes encontros.

No Vale dos Sinos já estamos trabalhando há algum tempo na preparação destes encontros. Visitamos os 24 municípios que integram a nossa região definida pela Inter-sindical, onde se encontram cerca de 80 sindicatos, convocando-os para a reunião preparatória do Enclat-RS. Esta reunião foi realizada no dia 20 de junho na cidade de São Leopoldo. Estiveram presentes mais de 20 sindicatos para discutirem a pauta da nossa reunião estadual.

Aprovamos por consenso a necessidade de mantermos o calendário definido de 1 Conclat. Houve uma crítica unânime à omissão da Pró-CUT, por não ter encaminhado o método definido na Conclat, baseado em lutas gerais e unitárias dos trabalhadores.

— **Paulinho** — Também foi avaliação desta reunião que a Pró-CUT se omitiu, foi imobilista tanto no Rio Grande do Sul como no resto do país, por não ter encaminhado as decisões dos cinco mil delegados presentes na 1 Conclat. Apesar da falta de direcionamento nacional da Pró-CUT, fundamentalmente dos seus setores hegemônicos, nós aqui do Vale tentamos encaminhar as deliberações dos companheiros delegados. Além disso, conseguimos realizar uma campanha de sindicalização unitária das várias entidades sindicais da região.

**R**ealizam-se, em junho e julho, Enclats em vários estados. Simultaneamente, a Executiva da Comissão Pró-CUT admite um possível adiamento do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em princípio marcado para a última semana de agosto deste ano. Ao mesmo tempo, abre-se uma polêmica sobre os objetivos do congresso, se realizado. Deve-se, na ocasião, fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT)?

A própria realização da CONCLAT está em discussão. Alguns sindicalistas e correntes políticas do movimento operário argumentam que a concretização do encontro seria inoportuna, uma vez que, num ano eleitoral, o movimento dos trabalhadores seria atravessado por uma profunda e prejudicial divisão partidária, além de entrar a própria campanha eleitoral. Na verdade, justamente por isso, a realização da CONCLAT é um meio de reforçar um fato que sirva de referência obrigatória à luta parlamentar, que é, ainda que importantíssima, apenas uma parte da luta política que existe no país. A realização da CONCLAT impõe aos diversos partidos a presença da classe trabalhadora, obrigando-os, de um modo ou outro, a ter, sem ambiguidades, um posicionamento frente às grandes questões das lutas trabalhistas.

Além do mais, não é o ano eleitoral que divide. O movimento sindical tem diferenciações internas que transcendem o voto. Se levássemos às últimas consequências o argumento, seria necessário, por exemplo, neste ano, "fechar" o sindicato dos metalúrgicos da capital paulista, uma vez que sua diretoria está dividida entre duas correntes: o PMDB e o PTB, pelo qual o próprio presidente, Joaquim dos Santos Andrade, está cotado para concorrer à deputação federal. Além do mais, há dezenas de militantes muito ativos desse sindicato que são, também, militantes do Partido dos Trabalhadores. O que esse argumento supõe, intencionalmente ou não, é que o movimento sindical só pode caminhar se não estiver caracterizado pela presença de diferentes correntes ideológico-políticas no seu interior. E isso só se pode conseguir pela política da exclusão sectária.

### CONCLAT/82 e PT/82: contradição?

A realização da CONCLAT, como momento e sinal de rearticulação do movimento operário, não atrapalha o "caminho democrático" acenado pelas eleições parlamentares. Pelo contrário. Movimentos sociais fortes inibem golpes e casuísmos e, além disso, criam confiança nas massas para um voto progressista, de oposição. O refluxo, pelo contrário, quase sempre favorece o voto conservador ou o silêncio.

Para o Partido dos Trabalhadores, esse avanço do movimento operário, como as greves, só apresenta vantagens. Um partido que nasceu sob o impulso do movimento sindical, que tem como objetivo a organização da classe traba-

## POLÊMICA



Por Régis Moraes

lhadora, tira sua vida e seu fôlego justamente desse movimento. A organização e mobilização da classe trabalhadora é, por outro lado, o único meio de garantir a posse e o cumprimento de programas políticos adequados aos interesses do proletariado, programas que, certamente, irão ferir profundos interesses burgueses e terão contra si toda uma campanha de sabotagens, golpismos, etc.

### Debilidade da Pró-CUT em 81/82

O "desalento" diante da CONCLAT por vezes é alimentado pela incapacidade a ineficiência da Comissão Nacional Pró-CUT. De fato, ela tem-se mostrado distante dos movimentos e lutas da classe trabalhadora. Desenraizada e sem iniciativas, inclusive no que diz respeito à organização de seus braços locais e regionais (estaduais), a Pró-CUT embarcou na confecção de documentos e notas à imprensa e em atos políticos absolutamente simbólicos e esvaziados. Contudo, quais os motivos que levaram a essa situação?

Devemos evitar as análises maniqueístas, auto-suficientes e auto-justificadoras que muitas vezes correm nas lamentações sobre a pró-CUT. Por um lado, é verdade que a maioria reformista da entidade emperra iniciativas e está, em grande parte, interessada na sua burocratização. Por outro lado, é inegável a ausência do chamado "bloco combativo", sua incapacidade de utilizar as forças de que efetivamente dispõem, pelo peso dos movimentos reivindicativos de suas bases, no sentido de "sacudir" a Pró-CUT e empurrá-la a se comprometer com o movimento vivo da classe trabalhadora.

A existência de um congresso e de uma coordenação nacional do movimento sindical são, mais do que nunca, necessários, diante da recomposição inegável do movimento operário, desde fins de 1981, a

partir de lutas localizadas, duras e longas, contra o arrocho, contra os "expedientes" utilizados pelas empresas para jogar sobre os trabalhadores o custo da crise (atrasos de pagamentos, dispensa, burla da própria legislação trabalhista, etc).

Nesse contexto, é fundamental constituir fortes referências organizadas para, através do apoio e generalização dessas lutas localizadas, sustentar o avanço do movimento, contra o arrocho e contra a ditadura. Aliás, há necessidade de criar braços regionais dessa coordenação nacional, garantindo a mobilidade e o mínimo de aparato exigido por essa presença cotidiana na luta de classes.

### O movimento nacional dos trabalhadores

O movimento operário unitário que se esboça, por detrás das diferentes correntes políticas, tem um caráter sócio-político: trata-se de lutar por melhores condições de trabalho e salário, mas também pelas mais amplas liberdades, e principalmente pela liberdade sindical. Um movimento dessa natureza, e com esse poder de fogo, não se constrói apenas com um programa. Aliás, o programa discutido e aprovado na I CONCLAT, em linhas gerais, é, para isso, bastante avançado. É bom lembrar, além do mais, que o programa foi a única coisa discutida, decidida e votada pelo conjunto dos delegados. A constituição da Comissão Pró-CUT, referendada pelo plenário, foi marcada por um imenso tumulto e por discussões de bastidores. O Plano de Lutas, pior ainda: transformou-se num episódio de fim de festa, para um plenário extenuado e esvaziado.

A coordenação desse movimento sócio-político unitário dos trabalhadores, para evitar o esvaziamento e o burocratismo

que a desmoralizem, se constrói a partir de: a) massificação de suas mensagens e programas; b) campanhas unificadas; c) atuação nas lutas localizadas, para apoiá-las e generalizá-las; d) estruturação mínima de um aparato necessário a essa mobilidade política (ou seja, aparato necessário a qualquer organismo sindical).

Há assim, para a CONCLAT 82, a necessidade de se posicionar sobre um plano de implantação desse movimento e de sua direção. Para isso, é fundamental uma linha de conquista de organismos locais e estaduais, massificados e enraizados, através da realização de congressos de base, por categorias e por estado. É fundamental definir uma campanha nacional de sindicalização massiva, simplificada e com modelo único para todas as categorias.

### A Pró-CUT e os sindicatos corporativos

Mas, para isso, impõe-se igualmente uma atuação mais agressiva da Pró-CUT (e à sua sucessora) na democratização, transformação e massificação dos sindicatos. Estimular a criação de comissões de fábrica onde for possível, é um passo. É necessário, além disso, criar delegacias sindicais e sub-sedes, geridas por novos quadros de ativistas eleitos. Embora a legislação vigente garanta a estabilidade de 24 diretores por entidade, trata-se de contorná-la, criando condições para que os sindicatos garantam a estabilidade e sobrevivência desses ativistas, que estarão sempre na mira da repressão patronal e da ditadura. Nisso se inclui a criação de fundos de luta ou de greve, à margem do controladíssimo aparelho sindical. Mas mesmo esse controle deve ser contestado e não só pelas palavras. É preciso violar a legislação, estatutos-padrão e outras camisas de força. Um exemplo disso é a extensão das assembleias e outras atividades sindicais aos não-sócios, primeiro passo para integrá-los.

A massificação dos sindicatos, seu fortalecimento político, é um passo necessário à conquista de sua manutenção voluntária, extinguindo a odiosa Contribuição Sindical e cobrando do estado a prestação de assistência médica, sob controle dos trabalhadores e seus órgãos de classe.

Esses e outros passos são fundamentais para a construção de um movimento sindical livre que se ergue, independente e de classe, por dentro e por fora da atual estrutura sindical. Por isso, a CONCLAT 82 deve centrar sua discussão nesse plano concreto de lutas e iniciativas, contra o arrocho e pela liberdade sindical. O adiamento do encontro ou sua redução (como os critérios de participação ameaçam) só prejudica esse trabalho, ameaçando o protagonismo e a unidade do movimento operário.



*A realização da CONCLAT não atrapalha o "caminho democrático" acenado pelas eleições parlamentares. Pelo contrário. Movimentos sociais fortes inibem golpes e casuísmos e criam confiança nas massas para um voto progressista. O refluxo, pelo contrário, quase sempre favorece o voto conservador ou o silêncio.*

Enclat/Rio de Janeiro

# Venceu a proposta do adiamento

Em uma decisão polêmica, por estreita margem de votos, a Enclat carioca se definiu pelo adiamento da Conclat. Como saldo positivo, o enterro da unidade sindical e a decadência do HP.

O ENCLAT/RJ realizou-se no último final de semana, com cerca de 350 delegados presentes. Sua preparação, de modo geral, foi bastante precária, com assembleias de eleição de delegados esvaziadas, algumas até sem quórum.

A deliberação mais importante e mais polêmica foi quanto à realização da Conclat este ano. 179 delegados foram contra a sua realização, propondo como data alternativa 29, 30 de abril e 1º de maio de 83, 161 votaram a favor de sua realização em agosto.

Os principais defensores da proposta vitoriosa (Jorge Bittar, pres. sind. Engenheiros; Ivan Pinheiro, ex-pres. sind. Bancários e Abdias dos Santos, pres. sind. Metalúrgicos de Niterói) argumentaram que o movimento se encontrava em descenso, que a Conclat só se justificaria para criar a CUT e que em maio de 83 as condições estariam melhores. Abdias, hoje o mais expressivo sindicalista combativo do Rio, disse que "estava em dúvida até algum tempo atrás, mas que hoje estou convicto de que um congresso agora não iria superar em representatividade a I Conclat, ao contrário. E, um congresso para fundar a CUT tem que ser muito superior em qualidade à uma conferência, como foi a Conclat". Votaram nesta proposta um expressivo número de militantes do PT e parte da corrente da Unidade Sindical.

A outra posição foi defendida por Roberto Chabo (pres. sind. Médicos), Ciro (oposição dos Bancários) e Negão (ainda pres. do sind. Petroquímicos). A linha de argumentação era

por um lado a de manter uma decisão da I Conclat e, de outro, para os dois últimos a criação da CUT já. Chabo defendeu a necessidade de realizar um encontro representativo dos trabalhadores para acumular forças e definir rumos para o movimento sindical.

## O enterro da Unidade Sindical

Além desta decisão dois fatos a se destacar. Primeiro, o sepultamento da Unidade Sindical. O ENCLAT elegeu uma Comissão Executiva Sindical de 13 entidades, com papel de coordenar as atividades intersindicais no Rio. Nestes estão incluídos sindicatos combativos como metalúrgicos de Niterói, Engenheiros, Metroviários e Vidreiros. É questionável, no entanto, o seu mandato de dois anos.

Em segundo lugar o desespero e a decadência política da corrente H.P. Negão, por exemplo, não pode nem defender suas posições quanto ao Conclat, já que foi derrotado em assembleia no seu sindicato. Em pequeno número, esta corrente se comportou como um bando furioso incapaz de defender politicamente suas posições e respeitar a democracia sindical. Agrediu violentamente um diretor do sind. dos Gráficos e quase fizeram o mesmo com Abdias, chegando a impedir que ele concluísse sua intervenção. Esta corrente, incapaz de compreender seus erros, de aceitar as críticas do movimento de massas, se investe contra ele, e assim, aprofunda seu isolamento e sua decadência política.

## Aqui, Jorge Bittar da pró-CUT e membro do PT, explica a sua posição em defesa do adiamento da Conclat

Acho que é inegável que hoje nós temos um movimento qualitativamente diferente de 79. Existe um relativo refluxo.

Eu penso que não há condições ainda para a gente criar a Central Única dos Trabalhadores, nesse momento. A CUT tem que ser o resultado de uma grande mobilização do movimento, tem que ser resultado da democratização da grande maioria das entidades sindicais que existem no país. Eu só entendo a realização do congresso, a curto prazo, se for para tirar uma CUT, porque as condições concretas do movimento sindical hoje são basicamente as mesmas de um ano atrás. A realidade conjuntural, as lutas que nós travamos hoje, são as lutas contra o desemprego, contra a carestia, pelo direito de greve, pela liberdade e autonomia sindical e não há necessidade dos trabalhadores se reunirem, para analisar a sua realidade, para tirar um plano de lutas, por que esse plano de lutas já existe formulado.

O que nós temos que ter condições é de encaminhar esse plano de lutas. Para isso a gente precisa de ter condições mínimas de organização do movimento.

A realização de um congresso esse ano, somente para discutir a realidade do movimento, não irá fornecer os elementos que nós esperamos para superar a situação em que se encontra o movimento sindical. Ainda mais um congresso que hoje vai ser mal preparado já que estas questões estão sendo pouco discutidas nos estados, porque a comissão pró-CUT tinha muito mais recursos do que tem hoje, fruto da contribuição das entidades.

Nós podemos dar um intervalo de alguns meses, o que não significa adiar indeterminadamente a Conclat, mas realizá-la no primeiro semestre do ano que vem, em condições melhores.

O movimento começou a ser retomado, a pró-Cut começa a ter uma perspectiva de dar respostas aos problemas que são colocados aos trabalhadores. Então acho que há condições de fazer um congresso o ano que vem muito mais representativo, o mais bem preparado, que pode, se for o caso, criar, em condições melhores, a CUT ou pelo menos o seu embrião.

## Enclat/Espírito Santo Em defesa da realização da Conclat

Além de se posicionar pela realização da próxima Conclat em agosto, o Enclat capixaba consolidou a intersindical combativa, elegendo uma nova pró-CUT.

O Encontro Estadual dos Trabalhadores do Espírito Santo (ENCLAT-ES) realizou-se nos dias 19 e 20 de junho, com a participação de 240 delegados, representando 33 entidades sindicais urbanas e rurais.

O debate central do Encontro, que polarizou o plenário, foi quanto à fundação ou não da CUT na próxima Conclat. A posição minoritária no plenário defendia a fundação da CUT nessa Conclat, transformando-a em Congresso, enquanto a maioria era contrária a essa posição. Com isso, o eixo do debate foi deslocado para o caráter da Conclat, sendo aprovado o caráter de Conferência, sem autoridade para a fundação da Central Única. Um debate formal que acabou desviando a discussão de seu eixo central, que seja, as condições necessárias do ponto de vista político e organizativo para a fundação de uma Central Sindical.

No final, a resolução aprovada posiciona-se pela realização da Conclat na data anteriormente marcada — dias 27, 28 e 29 de agosto — com objetivo de discutir a pauta de reivindicações e eleger uma nova Comissão pró-CUT, cujas tarefas serão encaminhar o plano de lutas aprovado na Conferência, elaborar a carta de princípios e estatutos da

CUT. O Congresso de fundação da CUT seria marcado para 1983.

### Pró-CUT estadual

O Enclat dissolveu a Frente Sindical do Espírito Santo — organismo intersindical que coordenou as lutas no Estado e organizou o Enclat — e, em seu lugar, elegeu a comissão pró-CUT estadual, aprovando seus estatutos e carta de princípios.

A pró-CUT, definida como organismo unitário e independente, dos trabalhadores capixabas, tem por finalidade representar os trabalhadores do estado em suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. A filiação à pró-CUT é aberta a todas entidades de caráter sindical que encaminhem essa proposta a assembleia de suas categorias. Onde as diretorias recusarem-se a encaminhar o processo de filiação à pró-CUT, será permitida a representação da base sindical, cujos representantes devem ser eleitos em assembleia com a participação de, pelo menos, 5% dos sindicalizados.

A estrutura da pró-CUT estadual aprovada estabelece o congresso ou encontro estadual como órgão máximo de deliberação, seguido do Conselho Deliberativo Estadual, composto por um delegado da dire-

toria e um de base, eleito em assembleia das entidades filiadas.

A Pró-CUT será coordenada pelo Conselho Diretor Estadual, composto por 23 sindicalistas eleitos no Enclat e pela Executiva Estadual, composta por nove membros, também eleitos no Enclat. No final do Encontro foi eleita a pró-CUT estadual, composta na sua maioria por sindicalistas combativos do campo da cidade. (da Sucursal)



## Marcado o Enclat mineiro

Após um longo período de paralisia, a inter-sindical mineira conseguiu marcar para os dias 6 e 7 de agosto próximos o Enclat do estado. A situação de paralisia era devida basicamente à incapacidade de acertar um encaminhamento que fosse legitimado e reconhecido pelas várias correntes do sindicalismo.

O único organismo reconhecido — os cinco membros da pró-CUT mineira — não foi capaz de encaminhar a eleição de uma coordenação intersindical. Por duas vezes, foram eleitas comissões para auxiliar a pró-CUT mineira sem resolver o impasse: a ANAMPOS reconhecia a comissão eleita em uma reunião convocada pelos cinco membros da pró-CUT (que era quem

legitimamente era responsável pelos encaminhamentos); a Unidade Sindical reconhecia outra comissão eleita em uma reunião convocada por três membros da pró-CUT e algumas federações.

Apenas no último dia 19, a partir de uma reunião convocada pelo sindicato dos Médicos de Belo Horizonte e outros sindicatos e apoiada pela pró-CUT, o impasse se desfez. Cerca de 25 sindicatos de Belo Horizonte e da região do Vale do Aço definiram um temário para o Enclat (com ênfase na coordenação do movimento sindical a nível estadual, organização dos trabalhadores por local de trabalho e a questão agrária), além de aprovar um critério de participação bem menos restritivo que o indicado pela pró-CUT nacional, dando aos delegados de base o dobro da representação dos delegados natos da diretoria. Para dar consequência prática às decisões foi eleita uma comissão que tem a participação dos cinco membros da pró-CUT e de mais oito sindicatos.

É, sem dúvida, uma grande chance de dinamizar o sindicalismo mineiro através da ampla participação das bases sindicais. Pois é importante ressaltar que na base do movimento existem sinais evidentes de crescimento, podendo ser citado como exemplo a heróica greve dos metalúrgicos de Barão de Cocais, a luta dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha e a unificação da campanha salarial dos metalúrgicos de Contagem, Betim e Vale do Aço cujo encaminhamento se inicia.

(da sucursal)

Paulo Paim, coordenador do Enclat gaúcho

## "Seria um erro criar a CUT nesta Conclat"

Paulo Paim e Sérgio Matte, são presidente e vice do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, entidade coordenadora da Comissão de Organização do Enclat no Rio Grande do Sul. Falando ao *EM TEMPO*, apontam as dificuldades e tendências do sindicalismo gaúcho para essa Conclat.

Por Benjamin Heimberg Filho



Paulo Paim e Sérgio Matte, metalúrgicos de Canoas

**A** pós a desastrosa decisão da pró-CUT do dia 10 de maio, de remeter a definição da realização ou não do II Conclat às intersindicais dos vários Estados, o que foi feito no RS?

**Paim** — No Rio Grande do Sul, foi formada uma Comissão de oito entidades, com a tarefa de centralizar e encaminhar as deliberações da pró-CUT, no que toca à preparação da Conclat. O Estado foi dividido em novê regiões onde se realizariam pré-Enclats, visando realizar uma discussão a mais profunda e democrática possível dentro do sindicalismo gaúcho.

— E como foram os encontros de regionais até agora realizados?

**Paim** — Notou-se claramente que os trabalhadores, tanto do campo como os da cidade, querem unir suas forças para tomar o espaço que, infelizmente hoje é ocupado por aqueles que possuem um belo discurso, mas que na prática não encaminham as reivindicações. Os trabalhadores querem um congresso onde as coisas deliberadas não fiquem no papel e na oratória, querem o encaminhamento



das suas lutas no campo prático. Outro aspecto que se tornou claro, é a compreensão de que a greve geral é a grande arma dos trabalhadores para mudar a sua atual situação de oprimidos e explorados. Também a compreensão da necessidade de nos unirmos com outros setores, igualmente interessados na mudança da sociedade, como os estudantes na sua luta pelo ensino público e gratuito, agora que ficou claro a intenção do governo de privatizar este setor.

**Matte** — A participação em termos numéricos foi baixa. Porém, isto foi superado pela qualidade das discussões e decisões que foram tomadas. A grande dificuldade que tivemos foi em consequência da atitude da pró-CUT, remetendo às intersindicais a definição sobre a realização do CONCLAT ou não. Até conseguirmos montar a comissão de oito entidades e definirmos o mapeamento do Estado, ficamos, objetivamente, com apenas 1 semana para o trabalho de

convocação e visita aos sindicatos. Ora, as regiões são muito amplas e, por exemplo, São Leopoldo teve que convocar sindicatos situados a 700 kms de sua sede.

**Paim** — Além do problema da falta de tempo, pesaram o medo de incentivar a organização dos trabalhadores e o medo de se envolver em "política". Confundindo de maneira tosa ou oportunista o que é organizar os trabalhadores partidariamente com organizá-los em suas instâncias unitárias, tipo intersindicais e a central única.

— Na discussão sobre a realização da Conclat, o que tem predominado? E sobre a CUT?

**Paim** — A posição majoritária até o momento é pela manutenção da realização da Conclat na data prevista já que isso foi decidido pela mais representativa reunião de sindicalistas já realizada no país, a I Conclat. Quanto à fundação da CUT neste encontro, a opinião majoritária, cerca de 90%, acredita que seria um erro pela falta de discussão maior sobre o seu significado para os trabalhadores brasileiros. No máximo, o que se pensou é na renovação da composição da pró-CUT que neste um ano de existência se mostrou inoperante para direcionar o movimento sindical do país.

**N**os dias 24 a 27 de agosto próximos, haverá eleições nos químicos e farmacêuticos. Aqui, um resumo das principais opiniões de alguns companheiros da oposição: Domingos Galante, candidato a presidente, Margarida Camargo e Jorge Coelho.

— Qual o passado da oposição, de onde surgiu seu núcleo?

**Domingos Galante** — A preocupação básica surgiu da negociação em 1979, devido ao péssimo acordo feito. O pelego só chegou à assembléia e apresentou o acordo. Antes disso havia somente atividades esporádicas do pessoal que hoje faz parte da oposição. Participava das comissões de mulheres, seus congressos, das discussões da CLT. Iam nas assembléias de forma completamente desorganizada.

Nos primeiros meses de 80 começamos pela primeira vez, a sentar e discutir um documento de ação sindical para dinamizar as atividades do sindicato. Não havia nenhuma proposta de desensolver trabalho fora do sindicato, nem de criar uma oposição sindical. O ano de 80 foi a viabilização dessas tarefas até a campanha salarial. Nessa campanha tiramos o poder absoluto do pelego nas negociações salariais com a formação de uma comissão de mobilização que acompanhou todo o desenrolar da campanha.

Em 81 avaliamos todo o tra-

balho que até aí desenvolvemos. Deduzimos um programa de ação que esbarrou na recessão econômica, com a queda na participação das bases. Nesse ano praticamente não conseguimos reeditar nada do realizado no ano anterior. O desemprego e o receio que causou, levou a todo o retrocesso. O máximo que conseguimos foi realizar uma campanha mais bem organizada. Tínhamos uma visão mais clara da divisão em regiões da categoria, facilitando o trabalho de divulgação da campanha. Aí dividimos em 23 regiões a campanha e em cada uma delas tínhamos local de reunião, de centralização das informações. Apesar de tudo isso a campanha foi um insucesso. Em termos de criar uma articulação das bases com o sindicato, houve um sistemático boicote por parte da diretoria, com delações, lutas internas entre direção e comissão de mobilização, boicote de material de propaganda. A recessão de 81 foi o prato para o Waldomiro, presidente do Sindicato, realizar o boicote.

— Em que momento esse núcleo assumiu publicamente um programa de oposição sindical por que?

**Domingos** — Após a campanha salarial de 81, avaliamos que num momento em que a categoria necessitava mais de sua direção foi que esta mais falhou. Aí não havia mais possibilidade nenhuma de continuidade.

No final desse ano começamos a discutir um programa sindical de oposição. Convocamos a todos os companheiros para participarem do processo, os que tinham participado da comissão de mobilização em primeiro lugar.

**Margarida Camargo** — Começávamos a discutir os problemas internos às fábricas, avaliávamos que esses eram os principais devido a completa omissão da diretoria em encaminhá-los. Ela se restringia aos aspectos jurídicos dos problemas e não levava nenhuma luta interna e organização nas fábricas.

Discutíamos também os critérios de escolha dos membros da chapa. Dois eram os básicos: os critérios que predominaram na escolha foram a militância geral, o pessoal das fábricas maiores e onde o núcleo da oposição já possuía algum trabalho, entendendo que esse critério é que possibilitaria desenvolver

um trabalho posterior de organização de comissões de fábrica.

— Quais as insuficiências da atual diretoria?

**Margarida Camargo** — Ela não leva nenhum trabalho adiante, não informa o trabalhador dentro da fábrica dos problemas gerais e particulares da categoria. Não tem uma visão sindical clara, não tem um programa. Não pretende avançar junto com a categoria, seu trabalho junto a categoria é completamente empírico. No trabalho interno do sindicato predomina uma visão quase que exclusivamente administrativa. Tanto é assim que o ponto principal do programa é a criação de uma farmácia no sindicato.

— Como tem sido a receptividade da categoria para a oposição?

Participe da campanha da oposição sindical dos químicos e farmacêuticos. A luta é de todos militantes sindicais combativos. Entre nessa briga e dê sua contribuição.

Plantões diários da oposição nos seguintes locais:

CENTRO (BELA VISTA) - R. Major Diogo, 135 - tel.: 32-8629  
SANTO AMARO - R. Mario Lopes Leão, 69 (Sub-sede dos bancários)

SÃO MIGUEL PAULISTA - Igreja Matriz na Pr. Padre Aleixo  
LAPA - R. Joaquim Machado, 224.

## Eleições dos Químicos/São Paulo A hora e a vez da oposição

Por Sérgio Ruckert

**Jorge Coelho** — A categoria já estava esperando uma oposição. Quando chegamos na porta de fábrica, o pessoal reclama muito da atual diretoria do sindicato. Muitos reclamam de que só recebem convites do sindicato para festas e nada de investigar e lutar contra a péssimas condições de trabalho.

A maior reclamação vem do ramo de tinturaria. É o pessoal que recebe mais baixo salário, com o maior grau de insalubridade e que não recebem nenhuma atenção do sindicato. No ano passado, os companheiros da Tinturaria Fernandes fizeram uma greve — cerca de trezentos operários — por melhores condições de higiene do restaurante e do vestiário. Fizeram um movimento espontâneo e chamaram o sindicato para acompanhar o movimento. Aconteceu que o sindicato deixou-os na mão.

Os comentários têm sido: "Está na hora de mudar a direção, construir um sindicato que realmente leve as questões das fábricas".

# Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres

## Um passo decisivo

Onze estados presentes, outros quatro pelo menos, ausentes apenas por falta de recursos, cerca de cento e vinte petistas reunidas. A própria realização do Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres já pode ser considerada uma vitória.

Para o movimento, significou sem dúvida um passo decisivo. Esta foi a primeira vez que lideranças representativas de todo o país se reuniram, na busca de soluções comuns e de uma compreensão coletiva do movimento. O próprio encontro, apontando como tarefa decisiva a construção do movimento pela base, demonstrou a importância do PT se articular para contribuir neste sentido.

Para o PT, um Encontro marcado pela preocupação de construir um partido mesmo, com propostas para o movimento. Foi talvez o primeiro momento na história do movimento operário brasileiro em que a vanguarda dos trabalhadores assume plenamente a luta das mulheres. É claro que esta é uma batalha apenas iniciada, e que muita discussão, muito trabalho ainda vai rolar antes que o feminismo seja incorporado pelo partido como um todo. E o Encontro demonstrou ter consciência disto, buscando cobrir a extensa pauta nos grupos e na plenária em um clima de tranquilidade e respeito.

**As propostas e as polêmicas ficaram mais claras: qual a relação do PT com o movimento? Devemos buscar a formação de uma entidade unificadora das mulheres?**

Os resultados do encontro foram iniciais. O próprio caráter das representações dos estados, sem delegação, uma vez que o encontro era aberto a qualquer petista, admitiu muito as possibilidades de uma definição, tornando sem sentido votações, ainda que indicativas à direção do partido. Por esta razão, decidiu-se marcar um segundo, ainda antes do 8 de março de 83, e foi formada uma Comissão, composta por uma representante de cada estado presente, para preparar este novo encontro. O relatório das discussões sobre o movimento e as

**Reunindo petistas de onze estados brasileiros, o encontro teve um significado histórico para o movimento de mulheres no Brasil e para o PT.**

Por Marília Carvalho



eleições, praticamente ainda por elaborar, ficou a cargo da Comissão de Mulheres de São Paulo.

Apesar da heterogeneidade das experiências e da formação de cada uma, o encontro teve o papel importante de clarear algumas posições e explicitar as polêmicas presentes no interior do partido. Na discussão sobre a autonomia do movimento e as propostas organizativas, dificultada, sem dúvida, pela sua própria complexidade, ficou definido um posicionamento unânime contra as Federações e pela necessidade de uma organização de base do movimento.

O primeiro ponto polêmico foi quanto à relação do PT com o movimento, trazendo para o primeiro plano a discussão sobre que partido queremos construir. O PT deve ter propostas para os movimentos sociais, conquistar para a nossa visão petista o rumo destes movimentos, ou deve apenas refletir os movimentos sociais, no máximo sistematizando o que eles espontaneamente se colocam? E esta, sem dúvida, é uma polêmica que ultrapassa o movimento de mulheres e percorre hoje todo o partido.

O segundo ponto, que já discutimos no EM TEMPO (n.º 151), envolve a visão de como deve ser o movimento de mulheres a longo prazo. Para o momento, houve consenso em torno à proposta de Coordenações de Lutas, reunindo as mulheres a partir dos temas que elas hoje vêm sentindo. A polêmica se

estabeleceu em relação à visão estratégica do movimento: algumas companheiras são contra qualquer entidade permanente unificadora das mulheres. Posicionam-se hoje contra as Federações por identificarem nelas uma entidade deste tipo.

**Ligar as Comissões de Mulheres aos Comitês Unitários, um esforço de educação interna, eixos para nossa campanha eleitoral: nas eleições, o partido como um todo contribuindo para a organização das mulheres pela base.**

Outras, entre as quais nos incluímos, são contra as federações hoje, pelo método como estão sendo construídas, pela ideologia que refletem e por não representarem um amadurecimento do movimento de mulheres como um todo. Quanto à unificação das mulheres, achamos que ela deve ser construída desde hoje e através, sim, de entidades, que são a única garantia de que as mulheres poderão decidir sobre os rumos do nosso movimento.

Estas polêmicas serão remetidas ao conjunto do partido através do relatório das discussões. Quanto ao papel das comissões de mulheres, o encontro foi unânime no apoio à formação de comissões nos diretórios, com o caráter de

assessoria ao partido, sem papel de intervenção externa no movimento enquanto comissões e sem o caráter de serem o canal de participação para o conjunto das mulheres petistas.

A discussão sobre as mulheres petistas e as eleições foi talvez a mais frutífera. Ficou clara a necessidade do partido como um todo compreender e incentivar a luta das mulheres, de todas as candidatas expressarem as nossas reivindicações e dos militantes contribuírem na organização do movimento pela base, aproveitando particularmente o momento eleitoral.

Para as comissões, foi definido o papel de educação interna, através de cartilhas que expressem "O ABC da Mulher" como a de iniciativa da Comissão de Mulheres do PT do Rio Grande do Sul, de seminários com os candidatos etc. As comissões devem assessorar o conjunto do partido, para isso trabalhando em contato estreito com os Comitês Unitários.

No sentido de contribuir para a concretização do objetivo principal do PT nas eleições — incentivar a organização dos movimentos sociais, no caso, o movimento de mulheres — foram aprovados alguns eixos centrais de luta, em torno dos quais centrariamos nosso trabalho neste período: a questão do desemprego, atingindo a mulher principalmente pelo lado do subemprego; a luta por creches; a luta contra a violência; o direito da mulher de escolher ter filhos ou não e de poder criá-los dignamente; a luta contra a discriminação à mulher negra; e a luta pelo fim da educação diferenciada, que reproduz ao nível de cada consciência a desigualdade social entre homens e mulheres.

Ficou como ponto para a discussão mais ampla no partido a luta pela descriminalização do aborto, que o encontro não se julgou em condições de aprovar, embora não houvessem posicionamentos contrários na plenária.

Ao final, foi aprovada uma Carta às Mulheres, onde as presentes ao encontro conclamam as mulheres brasileiras a votarem no PT e a construir um movimento de mulheres amplo, de base, como parte decisiva do movimento de libertação dos trabalhadores.



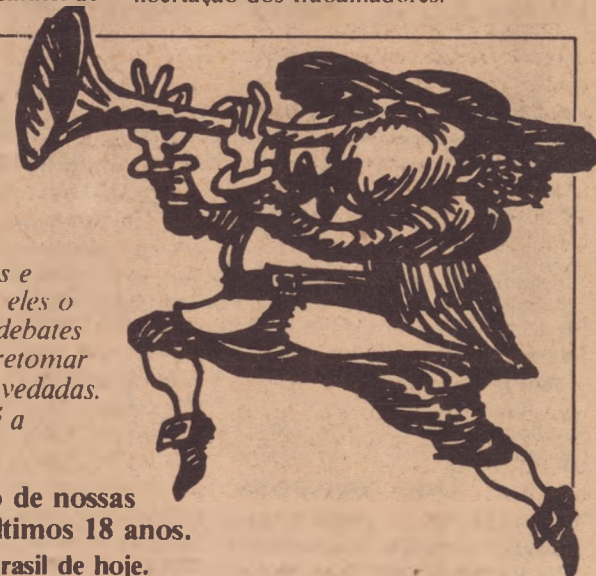
Nos próximos dias 3 e 4 de julho será realizado o 1.º Encontro dos Trabalhadores Culturais do PT em São Bernardo do Campo. Aberto a companheiros das áreas de artes plásticas, teatro, artes gráficas, publicidade, música, arquitetura, cinema, fotografia, o encontro terá como centro a discussão de uma plataforma cultural para o partido. Será debatido também o tema "partido dos trabalhadores e partidos burgueses: duas estratégias políticas, duas estratégias de propaganda". O encontro será realizado à rua Newton Prado 76, na sede do diretório municipal do PT.

## Retomar o espaço

Promovido por moradores e entidades do Bixiga, entre eles o núcleo do PT, o ciclo de debates "Retomar o espaço" visa retomar discussões que nos foram vedadas. A programação do ciclo é a seguinte:

- dia 14 - A pauperização de nossas condições de vida nos últimos 18 anos.
- dia 15 - As drogas no Brasil de hoje.
- dia 16 - Marginalização social.
- dia 17 - Grande feira cultural, com grupos de arte e teatro.

Todos os eventos serão realizados no Teatro Oficina, às 19:30 horas. Diretório do PT de Bela Vista, rua Abolição 302 - SP.



# Ditadura fecha o cerco a Javier

O indeferimento do habeas corpus que pedia o cancelamento de sua "liberdade vigiada" e o crescimento dos rumores de que sua expulsão seria após a Copa, "para não prejudicar a imagem da seleção" deixam clara a necessidade de mobilização dos estudantes na defesa do presidente da UNE.



A ameaça de expulsão do presidente da UNE, Javier Alfaiá, com base na reacionária lei dos estrangeiros tem se intensificado. Primeiro foi o Tribunal Federal de Recursos que negou, por unanimidade, o habeas corpus que pedia a suspensão de sua "liberdade vigiada". Depois foi o inquérito aberto na Polícia

Federal pelo ministro da Justiça (?) que concluiu pela sua expulsão, alegando que Javier havia "insultado os órgãos de segurança". Finalmente, o boato, lançado por fontes do governo, de que a expulsão seria somente após a Copa, para não prejudicar a imagem da seleção na Espanha.

Isso mostra que o governo não está blefando e que é necessária a mobilização dos estudantes (e de todos os oprimidos) para barrar esse ataque. Dia 9 de julho, em São Paulo, haverá um show de apoio a Javier no TUCA, organizado pela UNE e contando com a presença já confirmada de

Sonia Braga, Beto Guedes, Bendengó, Premê, entre outros. Além disso, é extremamente importante a presença massiva de todas as entidades de base da UNE no CONEB a ser realizado dias 16, 17 e 18 de julho em Belo Horizonte, onde esse assunto (juntamente com outros) será discutido. (A.F.)

## DCE UFRJ

**NADA SERÁ COMO ANTES**  
**NADA SERÁ COMO ANTES**  
**NADA SERÁ COMO ANTES**

No dia 1º de julho estará tomando posse no DCE Mário Prata da UFRJ a chapa Nada Será Como Antes. Baseada na defesa da democracia do movimento, na sua reconstrução pela base e na combatividade das lutas, essa chapa obteve uma expressiva vitória (3668 votos) concorrendo com Mãos à Obra (2156 votos), formada pelos fãs do Hora do Povo e Unidade (1034 votos), ligada ao jornal Voz da Unidade.

Chico, Zé Luís e Wilson coordenadores eleitos da nova diretoria, falaram para o EM TEMPO das eleições e do trabalho que tem pela frente.

ET — Como vocês avaliam esta vitória?

Zé Luís — Basicamente, nos capitalizamos o profundo descontentamento que se acumulava há várias gestões do DCE. Descontentamento quanto à direção que o DCE teve, o distanciamento em que a entidade estava, o aparelhismo. Através de uma série de propostas que atendiam as aspirações do conjunto dos estudantes, de uma postura política construída há mais de um ano nas diversas entidades, conseguimos essa vitória, surpreendente para quem não acompanhou o

desenvolvimento desse processo, mas não para quem viu o trabalho na UFRJ no último ano.

Apesar da data em que as eleições ocorreram, no meio da Copa, conseguimos a elevação do número de votantes, com uma grande votação justamente nas escolas onde a gente tinha um trabalho acentuado. Isso criou confiança nas pessoas de que é possível criar um movimento novo, de massa, combativo e respaldado na entidade geral.

ET — Em cima de que a chapa vai trabalhar neste período?

Chico — Acho que podemos dividir as propostas centrais da chapa em uma, ligada à universidade, outra, ligada à cultura e uma terceira, às questões políticas nacio-

nais e internacionais. Em termos de universidade, o centro de nosso programa é entender que a universidade vive uma crise como um todo, que não se resume apenas ao aspecto financeiro. Hoje se trata de repensar a universidade e para isso apontamos a construção de um projeto alternativo, procurando transformar a universidade num local de produção do saber, cultura e ligada aos interesses dos trabalhadores. Isso sem descuidar das lutas específicas contra a implantação do ensino pago.

No plano da cultura, vemos que, de uma forma geral, o movimento estudantil não dá respostas a questões como a dos negros, dos homossexuais, das drogas, das mulheres. O central é trazer essa discussão

para dentro da universidade, privilegiada a cultura das salas de aula, do dia a dia.

Em termos nacionais, entendemos que as eleições de 82 por si só não resolverão nenhum problema dos trabalhadores nem da sociedade brasileira. É um momento importante, devemos participar, mas não jogar um peso fundamental como estão jogando outras posições do movimento estudantil. É importante a crise do desemprego, a recessão. Em nosso programa nós propomos aos estudantes a votarem naqueles candidatos que defendam o programa da CONCIAT e da UNE. Por fim, em termos internacionais, apoiamos todos os movimentos dos trabalhadores, dos poloneses e seu

sindicato Solidariedade, dos trabalhadores da América Central pela sua libertação.

ET — As coisas contra as quais a chapa Nada Será Como Antes lutou dentro da UFRJ estão presentes também a nível nacional. Como a chapa entende o desdobramento desta luta?

Wilson — Tem um trecho bastante significativo no nosso programa que diz o seguinte: "três anos após sua reconstrução a gente só ouve falar dela (da UNE) de vez em quando nos jornais. Mas é importante lembrarmos que foi diferente. A UNE foi (...) nossa força e nossa voz". Acho que isto traduz bem o espírito de que estamos embuídos. Dessa maneira, assumindo a fragilidade da nossa entidade nacional, estamos engajados na construção de uma alternativa de direção para a UNE. Isso não significa, como costumam deturpar, construir uma UNE paralela. Nós queremos a UNE unitária dos estudantes, na luta contra a ditadura, contra o ensino pago. E isso se traduz também no esforço de construção de uma UEE RJ nos moldes da UNE que nós queremos. (da sucursal)

## Estudantes/Porto Alegre

# Construindo o PT no movimento

Por Alberto Rodrigues (\*)

Para sintonizar a organização dos estudantes com o vigoroso crescimento do partido, realizou-se dia 20 o I Encontro Municipal de Estudantes Universitários e Secundaristas do PT.

Trabalho e Convergência Socialista que pretendiam sair do encontro com uma plataforma já acabada.

Numa decisão que marcou uma opção pelo respeito à democracia interna do partido e rejeitou um método burocrático que vê o PT como correia de transmissão de posições preconcebidas, a grande maioria do plenário decidiu não votar nenhum ponto da plataforma, remetendo todas as polêmicas e propostas para o debate interno, a ser aprofundado nos núcleos e pré-núcleos e concluído a nível nacional. O mesmo se deu na discussão da relação do PT com as entidades estudantis, onde as divergências em torno da questão da autonomia e apartidarismo das entidades foram incorporadas ao relatório final do encontro que orientará as discussões posteriores.

### Organização do Partido

Mas o ponto culminante do encontro foi a discussão sobre a organização no movimento estudantil. De consenso, duas orientações importantes. Primeiro, a realização de uma vigorosa campanha de nucleação por cursos e escolas, o que representa um avanço sobre as frustradas experiências de "núcleos gerais" por

Universidade, o "núcleo" secundarista. Avanço, pois significa acabar com o distanciamento que esses núcleos tinham em relação à base e com a polarização sectária e improduti-va das discussões, que afastavam os militantes mais novos. Segundo, uma proposta a ser encaminhada ao Diretório Regional do PT gaúcho, a preparação de um Encontro Estadual de Estudantes Petistas.

No tocante à coordenação e centralização da vida partidária, a discussão novamente mostrou diferentes concepções do PT. A proposta da comissão organizadora do encontro (da qual faziam parte vários simpatizantes do EM TEMPO) era a de construir uma comissão estudantil municipal, composta por um representante de cada núcleo e pré-núcleo. As funções dessa comissão seriam implementar o processo de nucleação e organização, articulando os núcleos na troca de experiências e informações, coordenando as campanhas partidárias entre os estudantes e estabelecendo a ligação com a Coordenação Interzonal.

A esta posição se opuseram os simpatizantes dos jornais O Trabalho e Convergência Socialista, agora acompanhados pelos do extinto jornal Companheiro. Foi proposto, em

troca, uma comissão aberta e plenárias gerais regulares. Essa proposta diluiria a vida dos núcleos e liquidaria a possibilidade do partido se construir tendo uma intervenção enquanto tal entre os estudantes. E isso num momento onde as condições se apresentam particularmente favoráveis ao PT, com a derrocada do bloco reformista-populista que se encastelou nas diretorias da UNE e UBES.

### Um saldo positivo

Apesar das intervenções sectárias que acusavam a comissão organizadora de querer aparelhar o PT, "promovendo uma centralização indevida do partido" (?), a proposta da construção de uma comissão municipal foi aprovada por dois terços e agora vai para a direção do partido referendar. A aprovação dessa proposta refletiu um amadurecimento da

compreensão do papel e do significado histórico do PT enquanto um partido operário e potencialmente revolucionário. Além disso, juntamente com a política de construção de núcleos por escolas, garante um importante saldo organizativo para o PT e abre os canais para o debate político sobre o papel do partido na luta dos estudantes e na luta de classes em geral.

(\*) Alberto Rodrigues é secretário geral da UEE-RS e membro do Diretório da 1ª Zonal de Porto Alegre.

O sucesso do I Encontro Municipal de Estudantes Universitários e Secundaristas do PT de Porto Alegre (I EMEUS) deveu-se, em boa parte, a sua preparação. Para realizá-la, a Coordenação Interzonal do PT (organismo que centraliza e dirige o PT na capital gaúcha) chamou, há cerca de dois meses, um pré-encontro onde foi eleita uma comissão organizadora que elaborou os textos para as discussões prévias e se encarregou de todo o trabalho prático. O saldo foi bastante positivo: de apenas um núcleo e um pré-núcleo organizados, o partido hoje conta com cerca de 23 núcleos, pré-núcleos e comissões de nucleação espalhados pelas várias faculdades e escolas secundárias da capital gaúcha.

### Duas concepções

A pauta do I EMEUS tratou de três assuntos: plataforma estudantil do PT, relação do PT com as entidades estudantis e organização do PT no movimento. Já na discussão da plataforma estudantil, ficaram claras duas concepções de como devolver a implantação do PT entre os estudantes. De um lado, os que entendiam ser extremamente artificial a definição imediata de uma plataforma, pois essa discussão recém se iniciava no partido e as próprias divergências que se esboçaram na sua discussão correspondiam muito mais a uma polarização já existente entre as correntes do movimento que um amadurecimento do debate interno do PT. De outro, os simpatizantes dos jornais O